



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UM BALANÇO SOBRE 2015

NAS PRÓXIMAS PÁGINAS, VOCÊ ENCONTRA
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO GRUPO CCR EM 2015.

O Grupo CCR, desde o início de suas atividades em 1999, vem adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade. O ano de 2015 foi marcado pela consolidação dos negócios integrados ao portfólio da Companhia nos últimos anos e por melhorias realizadas com o objetivo de aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários. Tudo isso buscando aumento da eficiência e redução dos custos operacionais. Veja nossos principais destaques:

Destaques do ano

Aumento da participação
na ViaQuatro,
de 58% para

60%

Conclusão da aquisição de
70% da Total Airport
Services (TAS),
no valor de
US\$ 21,7 milhões

Conclusão da aquisição
de participação adicional no
Aeroporto Internacional de Quito.

A CCR passou
a deter
direta e
indiretamente **50%**
do projeto

Desempenho social

100%
de unidades
operacionais
com programas sociais
implementados



Redução de
21,38%
no número de
mortos nas rodovias
(em relação a 2010)



Desempenho econômico*

Aumento de
8%
na receita
líquida

Crescimento de
39,2%
em investimentos



Desempenho ambiental*

Redução de
16%
no consumo
de água

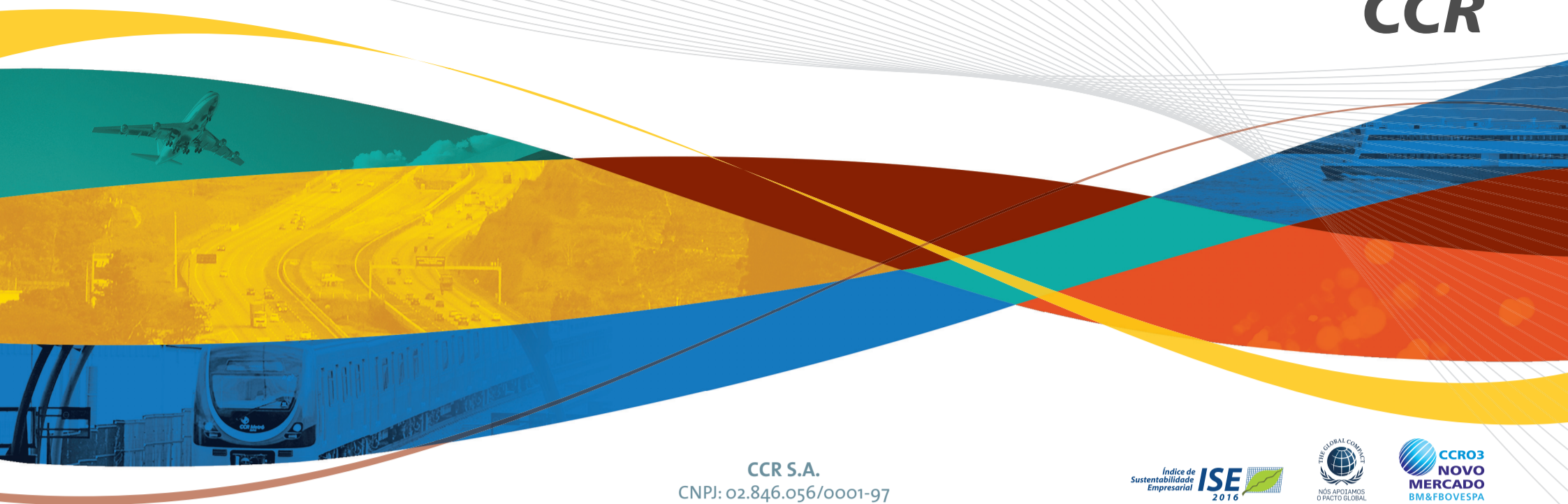


Melhoria no desempenho
do tema "Mudanças
climáticas no ISE"

em **7%**



*Dados comparados com 2014



CCR S.A.
CNPJ: 02.846.056/0001-97



1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CCR S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

A CCR S.A. (CCR ou Companhia) é a *holding* do Grupo CCR que, com base em seu objeto social, está apta a atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura ferroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. Diante disso, além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR busca investimentos em outros negócios correlatos.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar seus esforços em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

As empresas nas quais a CCR atualmente detém, direta e/ou indiretamente, 100% do capital social ou controle compartilhado com terceiros estão listadas na nota explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras - Contexto Operacional.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões ferroviárias, relacionadas à mobilidade e conveniência urbanas e aeroportuárias.

1.3. Destaques do ano de 2015

- Em 20 de outubro: aumento da participação na ViaQuatro, de 58% para 60%.
- Em 13 de novembro: conclusão da aquisição de 70% da *Total Airport Services* (TAS), no valor de US\$ 21,7 milhões.
- Em 10 de dezembro: conclusão da aquisição de participação adicional no Aeroporto Internacional de Quito. A CCR passou a deter direta e indiretamente 50% do projeto. Na mesma data foi concluída também a aquisição de 50% da operadora do referido aeroporto.

1.4. Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de abril de 2015, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a distribuição complementar de dividendos, de R\$ 100,8 milhões, relativos ao exercício de 2014, correspondentes a aproximadamente R\$ 0,06 por ação. A distribuição teve início em 30 de abril de 2015.

Em 30 de outubro de 2015, iniciou-se o pagamento de dividendos intermediários de 2015, com base em parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2014, no valor de aproximadamente R\$ 0,49 por ação, totalizando R\$ 860,8 milhões. A distribuição foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 2 de outubro de 2015.

Em reunião do Conselho de Administração de 17 de dezembro de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários de 2015, com base em lucros apurados no 1º semestre do referido exercício, no valor de R\$ 89,0 milhões, representando aproximadamente R\$ 0,05 por ação.

Considerando-se os dividendos intermediários supramencionados, o montante pago em 2015, totaliza R\$ 949,8 milhões ou aproximadamente R\$ 0,54 por ação. Tais distribuições deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social.

1.5. Perspectivas

A CCR continua atuando na captura de sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios e com consequentes reflexos positivos em suas margens operacionais.

Observa-se, historicamente, uma correlação entre a dinâmica de tráfego nas rodovias em que a Companhia opera e o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Adicionalmente, a Administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional, primário e secundário, de concessões rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e negócios correlatos, em consonância com seu objeto social.

O Governo Federal, conforme noticiado pela Secretária de Acompanhamento Econômico, estima que somente em 2014 foram investidos R\$ 90,8 bilhões em concessões de rodovias, aeroportos, terminais portuários de uso privado, blocos de petróleo e gás natural e geração e transmissão de energia elétrica.

Em junho de 2015, o Governo Federal anunciou uma nova etapa do Plano de Investimento em Infraestrutura (PIL), com previsão de investimentos de R\$ 69,2 bilhões entre 2015 e 2018. Os recursos deverão ser despendidos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos pela iniciativa privada, por meio de contratos de concessões.

O Governo Estadual de São Paulo anunciou em novembro de 2015, que pretende realizar licitações para novas concessões de rodovias, com investimentos previstos de R\$ 8,9 bilhões, além de outros projetos de mobilidade urbana.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança corporativa

Primeira empresa a ingressar no Novo Mercado, o segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), a Governança Corporativa sempre é um dos grandes diferenciais da CCR e uma das razões que explicam o sucesso da empresa perante os investidores e o mercado internacional. Em 2015, o volume financeiro médio diário de negócios da CCR negociado na BM&FBOVESPA foi de R\$ 78,6 milhões.

O pioneirismo que marcou o ingresso da Companhia no mais alto nível de governança da BM&FBOVESPA, também é praticado internamente. A CCR foi a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar periodicamente o desempenho do Conselho de Administração e do Presidente (CEO) da Companhia. Isso demonstra o comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas.

A administração é profissional e desvinculada das empresas controladoras. Os acionistas controladores têm participações equilibradas, não havendo qualquer veto ou aprovação singular por qualquer dos controladores (quorum especial de 51% em AGO/AGE para determinadas matérias).

Além disso, a Companhia, atendendo às Instruções Normativas da CVM, informa anualmente ao mercado em AGO, por meio de seu Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR e suas partes relacionadas, vigentes em 31 de dezembro do exercício anterior e/ou celebrados nos últimos três exercícios sociais. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o plano de investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos é, em parte relevante, financiada por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução, com apoio de profissionais e empresas especializadas.

O Grupo CCR possui ainda um Programa de Integridade e Conformidade, que visa assegurar a prática de atos de seus colaboradores ou terceiros agindo em nome do Grupo CCR, em conformidade com o Código de Conduta Ética, com os normativos internos e dispositivos legais, ratificando a sua atuação ética e transparente. O Programa é composto por um conjunto de ações institucionais, com foco em treinamento, campanhas de conscientização e monitoramento dos temas relacionados aos documentos normativos.

A CCR mantém em suas unidades de negócio uma estrutura de controles internos, que atua fortemente na prevenção de desvios e atos ilícitos, bem como um programa de auditoria interna com consultoria externa independente abrangendo os processos de arrecadação, contratos de conservação e manutenção, gestão do atendimento (incluindo operação), relação com Poder Concedente, gestão de suprimentos, ativo fixo, frotas, segurança da informação, contratos de investimentos, recursos humanos e folha de pagamento, tesouraria, seguros, relatórios contábeis e gerenciais, gestão de processos operacionais, gestão de meio ambiente, saúde e segurança. A auditoria, conduzida sob as diretrizes do Comitê de Auditoria, reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados no site, por meio do endereço www.ccr.com.br/rfi.

2.2. Gestão de pessoas

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolve uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento dos colaboradores, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Destaca-se ainda no incremento de um bem sucedido Programa de Trainees, com mais de 150 profissionais contratados e índice de retenção de 70% nos últimos anos.

Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2015, já somavam 11.325 pessoas, alocadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, em Curaçao e nos Estados Unidos.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

Em março de 2015, o Governo Federal promoveu o leilão da Ponte Rio-Niterói (rodovia BR-101/RJ) com o objetivo de conceder à iniciativa privada a exploração da infraestrutura do trecho entre a Ponte Rio-Niterói e o entroncamento com a RJ-071 (Linha Vermelha). Este foi o único leilão de rodovias realizado em 2015.

Segundo últimos dados publicados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Brasil conta com aproximadamente 1.714.103 km de rodovias, sendo 204.078 km pavimentados, e 19.463 km atualmente operados pela iniciativa privada.

3.2. Desempenho CCR

(R\$ milhares)	2014	2015	Variação%
Receita Bruta (excluída a Receita de Construção)	6.199.582	6.671.239	7,6%
- Receita de Pedágio	5.701.388	5.869.842	3,0%
- Outras Receitas	498.194	801.397	60,9%
Deduções da Receita Bruta	-546.059	-564.389	3,4%
Receita Líquida	5.653.523	6.106.850	8,0%
(+) Receita de Construção	1.743.671	2.372.015	36,0%
Custos e Despesas (a)	-4.731.702	-5.925.781	25,2%
- Depreciação e Amortização	-694.494	-822.555	18,4%
- Serviços de Terceiros	-737.055	-847.133	14,9%
- Custo da Outorga	-261.740	-282.762	8,0%
- Custo com Pessoal	-709.413	-788.471	11,1%
- Custo de Construção	-1.735.535	-2.380.151	37,1%
- Provisão de Manutenção	-206.943	-199.878	-3,4%
- Outros	-304.490	-522.799	71,7%

(R\$ milhares)	2014	2015	Variação%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	-82.032	-82.032	-
EBIT ajustado	2.665.492	2.553.084	-4,2%
Margem EBIT ajustada (b)	47,1%	41,8%	-5,3 p.p.
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	197.658	176.353	-10,8%
(+/-) Participação dos minoritários	-852	87.497	n.m.
EBIT (c)	2.862.298	2.816.934	-1,6%
Margem EBIT	38,7%	33,2%	-5,5 p.p.
(+) Depreciação e amortização	694.494	822.555	18,4%
EBITDA (c)	3.556.792	3.639.489	2,3%
Margem EBITDA	48,1%	42,9%	-5,2 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	206.943	199.878	-3,4%
(+) Apropriação de depesas antecipadas (e)	82.032	82.032	-
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	-197.658	-176.353	-10,8%
(+/-) Participação dos minoritários	852	-87.497	n.m.
EBITDA ajustado	3.648.961	3.657.549	0,2%
Margem EBITDA ajustada (f)	64,5%	59,9%	-4,6 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	-895.474	-1.513.094	69,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	197.658	176.353	-10,8%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	1.967.676	1.216.343	-38,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-617.983	-429.472	-30,5%
Lucro antes da participação dos minoritários	1.349.693	786.871	-41,7%
Participação dos minoritários	-852	87.497	n.m.
Lucro Líquido do exercício	1.348.841	874.368	-35,2%
Divida bruta	10.450.761	14.135.107	35,3%
Investimentos (caixa) (g)	2.097.380	2.918.609	39,2%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.054.202	1.005.145	-4,7%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + despesas gerais e administrativas + outras receitas e despesas operacionais.
- (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) Refere-se a apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (g) Os valores incluem os investimentos registrados como ativo financeiro.

RECEITA OPERACIONAL CONSOLIDADA

A receita de pedágio em 2015, totalizou R\$ 5.869.842 mil (+3,0% sobre 2014) e representou 88,0% do total da receita bruta (excluindo-se a receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do reajuste da tarifa média, que apresentou crescimento de 7,9% na mesma comparação, apesar da variação do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve decréscimo de 4,7% em relação a 2014.

CUSTOS TOTAIS

Os custos totais apresentaram um aumento de 25,2% em relação a 2014, totalizando R\$ 5.925.781 mil em 2015. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 2.380.151 mil. O aumento de 37,1% decorreu, principalmente, do maior investimento em melhorias (*upgrades*) realizados nas concessionárias Metrô Bahia, MSVia, BH Airport, NovaDutra e RodoNorte. Informações adicionais sobre esses investimentos estão disponíveis na seção de investimentos.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 199.878 mil, redução de 3,4%. Em 2015, as provisões realizadas consideram a periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os atuais contratos de concessão, estimando-se os custos a serem provisionados e a correspondente apuração do seu valor presente.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 822.555 mil em 2015. O crescimento de 18,4% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descritos na seção de investimentos.
- O custo da outorga atingiu R\$ 282.762 mil. A variação de 8,0% deveu-se, principalmente, ao reajuste da parcela fixa pelos índices de reajuste das tarifas, além do início da contabilização da outorga variável da BH Airport em agosto de 2014.
- O custo de serviços de terceiros totalizou R\$ 847.133 mil em 2015, aumento de 14,9%. Esse resultado decorre, principalmente, da consolidação dos resultados da BH Airport a partir de agosto de 2014, além de custos relacionados à aquisição de participação na TAS e início da operação comercial na MSVia.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 788.471 mil em 2015, registrando aumento de 11,1%. Esse aumento deveu-se, principalmente, à adição da BH Airport, MSVia, Metrô Bahia e da TAS e ao dissídio ocorrido em abril de 2015.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) apresentaram aumento de 71,7% e atingiram R\$ 522.799 mil em 2015. A variação ocorreu, principalmente, devido à: (i) contribuição de custos dos novos negócios que ainda não estavam operacionais ou encontravam-se em operação assistida durante pelo menos um dos períodos comparados (Metrô Bahia, MSVia e BH Airport); e (ii) por outro lado, no 4T14 houve uma receita decorrente da baixa do saldo de retenções de pagamentos aos ex-acionistas da SPVias, na CPC, no montante de R\$ 100.331 mil, em cumprimento a itens contingentes do contrato de compra e venda desta concessionária.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2015, o resultado financeiro líquido foi de - R\$ 1.513.094 mil, comparado a um resultado de - R\$ 895.474 mil em 2014.

Houve aumento de 127,4% nas despesas financeiras devido ao: (i) aumento de 35,8% do saldo total da dívida, acompanhado do incremento do CDI médio de 10,8% para 13,4% em 2014 e 2015, respectivamente; e (ii) aumento de despesas com variações monetárias, em virtude do aumento do IPCA de 6,4% em 2014 para 10,7% em 2015. Compensando parcialmente esses efeitos, houve aumento de 249,0% das receitas financeiras.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2015, o lucro líquido atingiu R\$ 874.368 mil, apresentando uma redução de 35,2% em relação a 2014. Na comparação, houve decréscimo do tráfego em 4,7%, acompanhado de aumento da tarifa média em 7,9%. Ademais, os novos negócios (ViaRio, VLT, Metrô Bahia, MSVia, BH Airport), ainda não operacionais, em operação assistida ou período inicial de operação, geraram resultados líquidos negativos em 2015. Houve também, impacto do resultado financeiro no lucro, conforme detalhado no tópico anterior.

DÍVIDA

Em 2015, a dívida bruta consolidada alcançou R\$ 14,1 bilhões em comparação a R\$ 10,5 bilhões em 2014. As dívidas em dólar representavam 13,2% do total, com 100% do fluxo protegido, exceto as dívidas dos negócios que possuem receitas em dólares (Aeroporto Internacional de Curaçao e TAS). O montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 58,6% do total.

O crescimento da dívida deveu-se, principalmente, às emissões realizadas ao longo de 2015, detalhadas nas notas explicativas nº 16 e 17 das Demonstrações Financeiras, principalmente nos negócios em período de implementação (MSVia e Metrô Bahia) ou maturação operacional.

INVESTIMENTOS (CAIXA)

Em 2015, os investimentos, incluindo R\$ 602,7 milhões de ativo financeiro do Metrô Bahia, somaram R\$ 2,9 bilhões. As concessionárias que mais investiram foram: Metrô Bahia, MSVia, BH Airport, RodoNorte e NovaDutra, representando, respectivamente, 47,6%, 21,9%, 6,8%, 5,3% e 4,7% do total. O Metrô Bahia investiu, principalmente, em obras civis, desapropriações e sistemas. A MSVia investiu em obras de duplicações e nas instalações de praças de pedágio. Os investimentos da BH Airport foram focados nos terminais 3 e 2. Os investimentos da RodoNorte concentraram-se em duplicações da BR-376, nas regiões de Ponta Grossa, Apucarana e Jaguariávia. Os investimentos da NovaDutra destinaram-se, principalmente, à construção de marginais na região de São José dos Campos e ao alargamento de pontes e viadutos.

EVENTOS RELEVANTES AO MERCADO

No dia 18 de novembro de 2015, a CCR realizou o 11º CCR Day.

4. Sustentabilidade

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, o Grupo CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, sendo considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que assessoram o Conselho de Administração da Companhia, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento do Grupo.

A estratégia do Grupo, em 2015, esteve voltada para a consolidação dos negócios conquistados, principalmente dos novos ativos integrados ao portfólio nos últimos anos, e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários. O Grupo CCR trabalha sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa em diversas iniciativas e compromissos voluntários, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure Project (CDP), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBOVESPA (ICOE), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2015, o Grupo CCR foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura.

Segundo tendência mundial, pelo terceiro ano, o Grupo CCR elabora seu Relatório Anual e de Sustentabilidade baseado nas diretrizes do IIRC - International Integrated Reporting Council, o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1. Desempenho Social

No que diz respeito ao desempenho social, o Grupo CCR desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento, gerando desenvolvimento local. Em 2015, o Grupo apoiou 95 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram comunidades em mais de 100 municípios, por meio de incentivos fiscais oferecidos pela Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, por fundos específicos e também por incentivos diretos.

Criado em 2014, o Instituto CCR busca qualificar e estruturar a gestão dos projetos apoiados pelo Grupo CCR a fim de ampliar a transparência do uso dos recursos aplicados nos projetos diretos e incentivados. O Instituto também objetiva fomentar e democratizar o acesso à cultura, promovendo ainda ações sociais relacionadas à saúde, qualidade de vida, educação, cidadania, cultura, segurança viária, e ao esporte e meio ambiente.

4.1.1. Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders

Exemplo de geração de Capital Social e de Relacionamento é o programa Estrada para a Saúde, que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida e saúde dos motoristas de caminhão que cruzam as rodovias sob concessão do Grupo CCR, contribuindo para redução de acidentes. Os serviços são oferecidos em unidades móveis, postos de serviços e em centros de atendimento localizados nas áreas de descanso dos caminhoneiros. Deste programa, participam as concessionárias CCR AutoBAn, CCR MSVia, CCR NovaDutra, CCR ViaOeste, CCR RodoNorte e CCR SPVias. Juntas, as concessionárias atenderam, em 2015, cerca de 27 mil usuários. Conheça mais detalhes deste e de outros projetos do Grupo CCR no link: <http://www.institutoCCR.com.br>

Outro exemplo é o Programa Caminhos para a Cidadania (antigo Estrada para a Cidadania), que envolve as rodovias sob concessão do Grupo CCR e tem como finalidade gerar capital humano e intelectual através da disseminação de informações sobre segurança viária, meio ambiente e cidadania entre professores e alunos dos 4º e 5º anos das redes públicas de ensino fundamental. Realizado por todas as concessionárias de rodovias do Grupo CCR, com investimentos da ordem de R\$ 5 milhões ao ano, o programa foi criado em 2002 e já levou conceitos de educação de trânsito, cidadania e meio ambiente a cerca de 2 milhões de alunos, com o apoio de cerca de 90 mil educadores nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Para saber mais sobre o programa acesse www.caminhosparacidadania.com.br

4.1.2. Capital Humano e Intelectual

O desenvolvimento e a administração dos negócios do Grupo CCR, são assegurados pela atuação ética e transparente dos cerca de 11 mil colaboradores que fazem parte de suas empresas. O investimento do capital humano se dá de diversas formas, como: atração e retenção de talentos, oferta de salários e benefícios competitivos e processos que garantam a saúde e segurança em todas as operações, além do investimento de R\$ 7.243 mil em diversos treinamentos e programas de desenvolvimento de lideranças.

Em 2015, foi realizada a atualização do Código de Conduta Ética e a elaboração da Política de Empresa Limpa. Para difundir esses documentos, foi elaborado um plano de comunicação e de treinamento, que já capacitou cerca de 8.800 colaboradores.

Para operar suas concessões em diferentes segmentos, o Grupo CCR depende da geração contínua de seu capital intelectual, que consiste nas diversas competências de gestão e nas tecnologias eficientes empregadas na administração de todos os ativos.

4.2. Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

Na busca do desenvolvimento sustentável, o Grupo CCR reconhece a importância do capital natural em seu modelo de negócio. Para firmar este compromisso frente aos seus *stakeholders*, o Grupo dispõe desde 2013 de uma Política de Meio Ambiente que serve como norteadora para o estabelecimento de estratégias e objetivos da empresa ao planejar, construir e operar suas controladas, em conformidade com leis e regulamentos ambientais nacionais e internacionais e a desenvolver projetos visando à preservação do meio ambiente.

Uma das iniciativas do Grupo CCR para minimizar os impactos adversos que podem ser causados ao meio ambiente nas atividades executadas por veículos nas rodovias, foi à implantação do Programa Frota Sustentável em 2015, tendo como base os pilares da Gestão de Frotas (manutenção, segurança, direção consciente, viabilidade econômica, tecnologia, eficiência energética e emissão de gases de efeito estufa - GEE).

O Capital Natural no Grupo CCR é tratado por meio de metas e planos de ação específicos para redução de emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia e gerenciamento de resíduos. Assim, o Grupo CCR comprometeu-se, em 2015, a manter ou reduzir o consumo de energia e água de suas operações em relação a 2014 contribuindo também para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Para maiores detalhes, acesse www.ccr.com.br/sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade

4.2.2 Capital Manufaturado

A geração de capital manufaturado ocorre através de melhorias na infraestrutura das concessionárias do Grupo CCR, melhorando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

No Grupo CCR, um exemplo desse capital, dá-se através da utilização do chamado asfalto morno, que permite a produção de misturas asfálticas com redução de temperaturas em até 40°C. Esse processo inovador, desenvolvido no Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR), criado no âmbito da concessão da NovaDutra, gera benefícios ambientais, tais como a redução das emissões de poluentes, do consumo de combustíveis e melhora as condições de trabalho durante o processo de pavimentação, gerando também Capital Intelectual, Natural e Humano, respectivamente.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

- As melhores da Dinheiro - IstoÉ Dinheiro: Grupo CCR eleito o melhor na categoria rodovias;
- Valor 1000 - Jornal Valor Econômico: A CCR foi a vencedora na categoria Transporte e Logística;
- Guia EXAME Sustentabilidade: 3º ano consecutivo como destaque no setor de infraestrutura;
- Guia Época Negócios 360º - Revista Época Negócios: Grupo CCR ficou em segundo lugar na categoria Infraestrutura;
- Prêmio Estadão Empresas Mais: Grupo CCR vencedor na categoria Transporte e Log

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	948.546	266.003	2.296.420	1.588.647
Contas a receber	9	-	-	565.146	321.783
Contas a receber - partes relacionadas	12	7.007	10.288	344.028	323.481
Dividendos e juros sobre o capital próprio		105.235	46.993	53.241	14.739
Impostos a recuperar		49.830	55.653	108.023	107.942
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		-	-	82.032	82.032
Contas a receber - operações com derivativos	11	-	-	165.577	27.623
Despesas antecipadas e outras	24	2.431	1.981	90.156	64.799
Total do ativo circulante		1.113.049	380.918	3.704.623	2.531.046
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Conta reserva		-	-	233	736
Contas a receber	9	-	-	371.985	118.111
Contas a receber - partes relacionadas	12	-	-	10.659	-
Mútuos - partes relacionadas	12	757.197	698.316	262.519	196.384
Impostos a recuperar		153.752	-	162.589	128.985
Impostos diferidos	10b	-	21.196	496.278	320.744
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		-	-	2.772.409	2.684.917
Contas a receber - operações com derivativos	24	153.448	-	421.595	73.024
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	12	1.724	1.724	2.879	498
Despesas antecipadas e outras		640	139	22.736	87.938
		1.066.761	844.393	4.523.876	3.545.253
Investimentos	13	3.619.638	3.136.714	1.327.206	790.591
Imobilizado	14	21.022	19.178	774.587	649.180
Intangível	15	24.781	23.036	11.353.202	9.707.106
Total do ativo não circulante		4.732.202	4.023.321	17.978.871	14.692.130
Total do ativo		5.845.251	4.404.239	21.683.494	17.223.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	16	12.173	-	1.114.668	261.172
Debêntures e notas promissórias	17	638.139	115.346	4.983.261	3.175.101
Contas a pagar - operações com derivativos	24	68.278	-	269.445	60.851
Fornecedores		2.243	5.729	280.296	275.420
Imposto de renda e contribuição social		-	6.777	174.521	246.469
Impostos e contribuições a recolher		11.213	4.507	98.744	79.237
Impostos e contribuições parcelados		-	-	6.981	2.322
Obrigações sociais e trabalhistas		33.657	31.424	196.582	157.579
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	12	156	587	72.263	40.270
Plano de incentivo - partes relacionadas	12 e 18	4.480	6.020	4.480	6.020
Dividendos e juros sobre o capital próprio		589	514	589	514
Provisão de manutenção	20	-	-	125.384	85.822
Obrigações com o poder concedente	25 (c) e (d)	-	-	86.296	72.739
Outras contas a pagar		632	413	53.949	50.475
Total do passivo circulante		771.560	165.217	7.467.459	4.514.031
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	16	661.202	-	2.492.110	458.785
Debêntures e notas promissórias	17	397.711	619.894	5.545.068	6.555.703
Contas a pagar - operações com derivativos	24	-	-	587	1.796
Impostos e contribuições a recolher		-	-	75.103	67.454
Impostos e contribuições parcelados		-	-	2.518	1.349
Impostos diferidos	10b	6.835	-	252.120	253.511
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	12	-	-	44.076	30.035
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	19	49	-	87.878	64.574
Provisão de manutenção	20	-	-	368.989	329.545
Provisão para passivo a descoberto	13	192.293	94.083	607	7.756
Obrigações com o poder concedente	25 (c) e (d)	-	-	1.218.630	1.059.155
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	12	1.916	1.916	1.916	1.916
Mútuos - partes relacionadas	12	-	-	72.983	64.847
Plano de incentivo - partes relacionadas	12 e 18	12.502	26.099	12.502	26.099
Outras contas a pagar		900	900	136.636	116.407
Total do passivo não circulante		1.273.408	742.892	10.311.723	9.038.932
Patrimônio líquido					
Capital social	21a	2.025.342	2.025.342	2.025.342	2.025.342
Ajuste de avaliação patrimonial	21e	654.115	163.985	654.115	163.985
Reservas de lucros	21 (b) e (c)	1.146.795	1.230.883	1.128.340	1.203.756
Ágio em transação de capital	21g	(25.969)	(24.855)	(25.969)	(24.855)
Dividendo adicional proposto	21d	-	100.775	-	100.775
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora		3.800.283	3.496.130	3.781.828	3.469.003
Participações de acionistas não controladores		-	-	122.484	201.210
Total do passivo e patrimônio líquido		5.845.251	4.404.239	21.683.494	17.223.176

Demonstrações do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Recursos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Recursos					
Recursos de pedágio	22	-	-	5.869.842	5.701.388
Recursos de construção	22	-	-	2.372.015	1.743.671
Outras receitas		148.214	127.222	949.426	593.900
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos de construção	20	-	-	(2.380.151)	(1.735.535)
Provisão de manutenção		-	-	(199.878)	(206.943)
Custos dos serviços prestados		(14.901)	(15.784)	(987.743)	(708.322)
Materiais, equipamentos e veículos		(36.975)	(45.018)	(361.888)	(318.734)
Materiais, serviços prestados de terceiros e outros		96.338	66.420	5.261.623	5.069.425
Valor adicionado bruto		(11.756)	(9.641)	(822.555)	(694.494)
Depreciação e amortização		84.582	56.779	4.439.068	4.374.931
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia					
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	13	913.107	1.400.022	176.353	197.668
Receitas financeiras	23	609.146	145.179	1.502.359	430.656
Valor adicionado total a distribuir		1.606.835	1.601.980	6.117.780	5.003.055
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		93.160	107.184	524.480	488.287
Benefícios		8.647	7.711	126.602	104.833
FGTS		3.670	3.398	27.709	23.487
Outros		330	1.137	9.240	9.516
Tributos					
Federais		63.434	22.316	786.183	940.975
Estaduais		49	22	12.494	9.262
Municipais		4.959	4.384	309.344	298.077
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		560.976	113.270	3.099.921	1.395.333
Aluguéis		5.914	6.019	24.887	21.917
Outorga		-	-	410.049	361.675
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	21d	89.000	560.000	89.000	560.000
Lucros retidos do exercício		776.696	776.539	785.368	788.841
Participação dos não controladores		-	-	(87.497)	852
Total		1.606.835	1.601.980	6.117.780	5.003.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Resultado operacional líquido	22	124.422	111.379	8.478.865	7.397.194
Custos dos serviços prestados					
Custo de construção		-	-	(2.380.151)	(1.735.535)
Serviços		(13.085)	(13.534)	(679.716)	(567.738)
Custo da outorga		-	-	(364.794)	(343.772)
Depreciação e amortização		(1.093)	(1.743)	(772.019)	(656.472)
Custo com pessoal		(24.678)	(21.526)	(519.750)	(422.464)
Provisão de manutenção	20	-	-	(199.878)	(206.943)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.966)	(2.518)	(120.581)	(104.630)
Outros		(965)	(688)	(213.041)	(142.163)
Total		(41.787)	(40.009)	(5.249.930)	(4.179.717)
Lucro bruto		82.635	71.370	3.228.935	3.217.477
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas					
Despesas com pessoal		(94.810)	(111.018)	(268.721)	(286.949)
Serviços		(22.282)	(27.914)	(169.317)	(169.317)
Materiais, equipamentos e veículos		(967)	(1.335)	(11.112)	(13.034)
Depreciação e amortização		(10.663)	(7.898)	(50.536)	(38.022)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.626)	(2.494)	(30.650)	(16.633)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(49)	-	(23.304)	(612)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(4)	-	(18.620)	(20.605)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.564)	(2,258)	(4,276)	(676)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.643)	(1.067)	(12,472)	(9,328)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(5,735)	(5,709)	(8,014)	(9,294)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2,950)	(3,465)	(8,585)	(11,056)
Gastos com viagens e estadias		(5,183)	(6,590)	(63,479)	(54,313)
Outros		(148,476)	(169,748)	(679,196)	(639,504)
Total	13	913,107	1.400,022	176,353	197,658
Outros resultados operacionais		867	497	3.245	87.519
Resultado antes do resultado financeiro		848.133	1.302.141	2.729.437	2.863.150
Resultado financeiro	23	45.605	31.139	(1.513.094)	(895.474)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		893.738	1.333.280	1.216.343	1.967.676
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	10a	(28,042)	3,259	(429,472)	(617,983)
Lucro líquido do exercício		865.696	1.336.539	786.871	1.349.693
Atribuível a:					
Acionistas da controladora		865.696	1.336.539	874.368	1.348.841
Acionistas não controladores		-	-	(87.497)	852
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	21f	0,49032	0,75699	0,49523	0,76396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2014	Capital social	Custos de captação	Ágio em transação de capital	Reserva de Lucros		Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
				Legal	Retenção de lucros		Plano de pensão	Ajuste acumulado de conversão	Hedge accounting			
	2.055.495	(30.153)	(22.934)	270.266	1.024.149	(100.775)	11.397	65.229	1.223	-	-	3.475.447
Distribuição de dividendos em 30 de abril de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.775)
Aumento de participação na controlada RodoAnel Oeste	-	-	-	(1.921)	-	-	-	-	-	-	-	(1.921)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.336.539
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(923)	74.481	12.578	-	-	86.136
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	66.827	-	-	-	-	-	-	-	(66.827)
Distribuição de dividendos intermediários em 30 de outubro de 2014	-	-	-	-	(739.296)	-	-	-	-	-	-	(560.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	100.775	-	-	-			



Demonstrações Dos Fluxos De Caixa - Método Indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora 2015	2014	Consolidado 2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	865.696	1.336.539	786.871	1.349.693
Lucro líquido do exercício				
Ajustes por:				
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.031	(3.523)	(225.779)	(123.545)
- Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	-	-	82.032	82.032
- Depreciação e amortização	11.756	9.641	746.550	624.951
- Baixa do ativo imobilizado e intangível	71	401	8.855	11.589
- PIS e Cofins Diferidos	-	-	(8.599)	-
- Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	-	-	76.005	69.543
- Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	116.973	-	309.844	18.490
- Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	199.681	33.938
- Juros e variação monetária sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	102.329	86.438	1.518.673	1.032.390
- Capitalização de custo de empréstimos	-	-	(148.029)	(95.706)
- Resultado de operações com derivativos (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	(65.058)	8.984	(250.578)	(6.704)
- Constituição da provisão de manutenção	-	-	199.878	206.943
- Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	46.721	44.942
- Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	49	-	69.952	16.451
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	4.276	6.776
- Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	(103.188)	(77.631)	(739)	(4.333)
- Juros sobre impostos parcelados	-	-	109	28.183
- Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	-	-	45.255	17.903
- Ajuste a valor presente do ativo financeiro	-	-	(75.192)	-
- Equivalência patrimonial	(913.107)	(1.400.022)	(176.132)	(197.658)
	(822.144)	(1.375.712)	2.422.562	1.760.085
Variação nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber	-	-	(675.162)	(372.457)
Contas a receber - partes relacionadas	18.491	5.525	(19.925)	(67.447)
Impostos a recuperar	(24.911)	(33.041)	(33.685)	(71.093)
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	(58.242)	(40.868)	(38.502)	(8.635)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.079.820	1.620.131	122.471	132.172
Pagamentos antecipados relacionados a concessões	-	-	(169.524)	(155.121)
Despesas antecipadas e outras	(951)	(68)	(26.160)	(9.125)
Recebimentos de ativos	-	-	248.841	-
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores	(3.486)	413	1.769	85.479
Fornecedores - partes relacionadas	(15.568)	5.193	28.202	(19.820)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.233	(1.261)	27.986	28.947
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	6.029	6.185	674.208	607.056
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, usas urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metropolitana e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A CCR é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBOvespa S.A. - Bósa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOvespa) sob a sigla "CCR03". A CCR é uma controlada da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.262,18 quilômetros de rodovias da malha rodoviária nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo que em 3.171,60 quilômetros é responsável pela manutenção e em 90,58 quilômetros pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR NovaDutra, CCR ViaLagoas, CCR RodoNorte, CCR AutoAôn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVIA, Renovias e ViaRio. Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), STP (Serviços de pagamento automático de pedágios e estações de metrô São Paulo - Grande Livre), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovia da linha 4 do metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves) e Quiport, Aeris e CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente). Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

- Participações diretas da CCR
 - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
 - Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBôn)
 - Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagoas)
 - Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
 - RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
 - Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
 - Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
 - Companhia de Participações em Concessões (CPC)
 - Parques Serviços Ltda. (Parques)
 - CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. (CIIS)
 - Samm - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm)
 - Sociedade de Participação em Concessões Públicas S.A. (SPCP)
 - Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L. de C.V. (CCR México)
 - Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
 - Companhia e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (CGMP) e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (SGMP)
 - Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar) (em fase de liquidação)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)
- CCR España - Concesiones S.L. (CCR España)
- CCR España Empreendimientos S.L.U. (CCR España Empreendimientos)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations)
- FTZ Development S.A. (FTZ)
- Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports), sua controlada em conjunto, Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVIA)
- Instituto CCR
- SCCV - Sociedade de Comercialização de Créditos de Viagem S.A. (SCCV)
- Concessionária do Aeroporto Internacional de Contins S.A. (BH Airport)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Contins S.A. (Spac)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR Espanha Empreendimientos

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Icaros Development Corporation S.A. (Icaros) e Corporación Quiport S.A. (Quiport).
 - ADC&HAS Management Ltd. (ADC&HAS) e sua controlada ADC&HAS Management Ecuador Ltd. (ADC Ecuador).
 - CCR USA Management Inc. (CCR USA) e sua controlada Total Airport Services Inc. (TAS).
- Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España**
- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
 - Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
 - CCR Costa Rica Empreendimientos S.A. (CCR Costa Rica), suas controladas em conjunto, Grupo de Aeroportos Internacionais AAH SRL (Aeroportos), Desarrollos de Aeroportos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada desta, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIIS

- Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca)

Concessões do Grupo CCR

Veja a seguir mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

CCR NovaDutra (NovaDutra): Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 1º de março de 2021;

CCR AutoBôn (AutoBôn): Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 31 de dezembro de 2026;

CCR ViaLagoas (ViaLagoas): Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011, foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passou a ser até 12 de janeiro de 2037;

CCR RodoNorte (RodoNorte): Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luis do Puraú; Rodovia BR-277, entre São Luis do Puraú e Curitiba; PR-151, de Jaguariãva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trêvo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 27 de novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária;

CCR ViaOeste (ViaOeste): Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador Jose Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista aos ovestes do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até 30 de dezembro de 2022;

CCR RodoAnel Oeste (RodoAnel Oeste): Trecho oeste do Rodanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até 1º de junho de 2036. A CCR detém, atualmente, 99,9103% do capital social da concessionária;

A CCR España Empreendimientos é uma empresa com sede em Guipúzcoa - San Sebastian, na Espanha, que tem por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 50% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,95623% no capital social da Icaros, sendo que estas detêm 75% e 25% do capital social da Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings e a Icaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a prestação de serviços e outras atividades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NOIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, sendo que em janeiro de 2014, o início das operações no NOIA ocorreu em fevereiro de 2013.

As demais empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a aquisição e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 50% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,95623% no capital social da Icaros, sendo que estas detêm 75% e 25% do capital social da Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings e a Icaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a prestação de serviços e outras atividades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NOIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, sendo que em janeiro de 2014, o início das operações no NOIA ocorreu em fevereiro de 2013.

As demais empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a aquisição e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 50% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,95623% no capital social da Icaros, sendo que estas detêm 75% e 25% do capital social da Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings e a Icaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a prestação de serviços e outras atividades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NOIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, sendo que em janeiro de 2014, o início das operações no NOIA ocorreu em fevereiro de 2013.

As demais empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a aquisição e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 50% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,95623% no capital social da Icaros, sendo que estas detêm 75% e 25% do capital social da Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings e a Icaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a prestação de serviços e outras atividades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NOIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, sendo que em janeiro de 2014, o início das operações no NOIA ocorreu em fevereiro de 2013.

As demais empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a aquisição e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 50% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,95623% no capital social da Icaros, sendo que estas detêm 75% e 25% do capital social da Quiport, respectivamente.

A Quiport Holdings e a Icaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a prestação de serviços e outras atividades.

A Quiport é responsável pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NOIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana e era responsável pela operação do antigo Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito. O prazo de concessão é de 35 anos, sendo que em janeiro de 2014, o início das operações no NOIA ocorreu em fevereiro de 2013.

As demais empresas acima, a CPC detém 100% da Alba Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a aquisição e administração de outras sociedades. Atualmente a empresa detém participação direta de 50% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,95623% no capital social da Icaros, sendo que estas detêm 75% e 25% do capital social da Quiport, respectivamente.

Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica: Em 10 de setembro de 2012, a controlada da CPC, através da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 48,75% das ações da Aeris, com a aquisição da AGC Holdings (atualmente CCR Costa Rica). A CCR Costa Rica detém participação direta de 48,767% na Aeroportuos, de 51% na Desarrollos e de 50% na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

A CCR Costa Rica, a Aeroportuos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santamaría). O prazo de concessão vai até maio de 2026.

Além das empresas acima, a CPC detém 100% da Green Airports, a qual detém participação de 50% na IBSA BVI, ambas localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo que a IBSA BVI detém participação de 100% na IBSA Finance, localizada em Barbados. As empresas têm como objeto social a participação em outras sociedades. A participação acionária nas referidas empresas faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose (Projeto Costa Rica).

Aeroporto Internacional de Curaçao: Em 22 de outubro de 2012, a controlada CPC, por meio da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a aquisição de 80% do capital social da CPA. A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE e CAP. Em 12 de junho de 2013, a CCR España adquiriu diretamente, participação adicional de 39% do capital social da CAI, passando a deter, direta e indiretamente (através da CPA), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao.

A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades. A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE não possui operações atualmente e a CAI tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hatu). O prazo de concessão vai até abril de 2033.

Em 23 de abril de 2012, a ViaRio assinou o contrato de concessão para a outorga, mediante concessão, dos serviços de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica. A construção da ligação faz parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016, que será ligada no Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 35 anos e a via concedida terá extensão de 13 quilômetros, ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro. A via vierá ter início na Avenida Brasil, estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá. A concessão tem prazo estimado de 4 anos para construção da via.

A CCR detém 33,33% do capital social dessa concessionária.

MarBahia: Em 23 de abril de 2013, a CCR detém contrato para a exploração de petróleo em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, para implantação e operação do sistema metroriário de Salvador e Lauro de Freitas. O contrato de concessão que tem prazo de 30 anos, até 15 de outubro de 2043 e a CCR detém, diretamente e indiretamente, 100% do capital social dessa Concessionária.

Em 11 de junho de 2014, a Companhia iniciou a Operação Assistida na Linha 1, sem cobrança de tarifa e em horário reduzido, abrangendo as Estações Lapa, Campo da Pólvora, Brotas e Acesso Norte. Em 22 de Agosto de 2014 foi inaugurada a Estação Retiro, que passou a integrar a rede em Operação Assistida.

Em 21 de dezembro de 2015, iniciou-se a cobrança de tarifa das estações Retiro, Lapa, Brotas, Campo da Pólvora, Acesso Norte, Bom Jusé e Bonorê.

VLT Carioca: Em 14 de junho de 2013, a concessionária VLT Carioca assinou o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimento e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 25 anos, contados a partir da emissão da ordem de início e contará com 42 estações e cerca de 28 quilômetros de vias. A CCR detém 24,875% do capital social dessa concessionária.

Em 20 de dezembro de 2013, a CPC foi declarada vencedora do processo de licitação da BR-163 (Ita 6). Com esse resultado, a empresa é responsável por mais 847,2 quilômetros de rodovia ligando Mundo Novo (cidade em Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai) até Sonora/Pedro Gomes, na divisa com o Estado do Mato Grosso. O prazo de concessão é de 30 anos a partir da data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, que ocorreu em 11 de abril de 2014.

Em 14 setembro de 2015, iniciou-se a cobrança de tarifa de pedágio.

BH Airport: Em 22 de janeiro de 2014, foi constituída a Concessionária do Aeroporto Internacional de Contins S.A. (BH Airport), companhia responsável pela ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, situado nos municípios de Contino e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais. O contrato de concessão foi assinado em 7 de abril de 2014 e a concessão tem prazo de 30 anos. Em 12 de agosto de 2014, a Concessionária iniciou a operação assistida no Aeroporto pelo período de 3 meses, conforme previsto no contrato de concessão e, em 12 de janeiro de 2015, iniciou-se a operação plena do aeroporto. A CPC detém 38,25% da concessionária, indiretamente, por meio da Spac, na qual detém 75% do capital social.

Outras empresas do Grupo CCR

STP: Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC ainda conta com a Divisão Engler e a Divisão Englobar, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a CIIS detêm 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente.

Par e suas controladas: A STP opera os serviços de pagamento automático de pedágios e estações de metrô Sem Par, utilizados atualmente por cerca de 5,3 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de identificação automática de veículos (IAV) no Brasil, está presente em 64 concessionárias de rodovias e em 247 estações nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Espírito Santo, Goiás e no Distrito Federal.

CCR Brasil: Tem como objetivo principal prospectar, no México e nos Estados Unidos da América, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens metropolitanos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão. A CCR detém, direta e indiretamente, por meio da CPC, 100% do capital social da empresa.

Samm: Tem como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. A empresa tem como negócio prestar serviços de transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas instaladas ao longo de rodovias e linha 4 do metrô de São Paulo.

SPCP: Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades.

CCR España Concesiones (CCR España) e CCR España Empreendimientos: As empresas têm sede em Guipúzcoa - San Sebastian, na Espanha e têm por objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades, bem como a exploração, na Espanha ou no exterior, diretamente, indiretamente ou por meio de consórcios, de negócios relacionados a concessões de obras e serviços públicos. A CPC detém 100% do capital social das empresas. A CCR España foi constituída em 24 de fevereiro de 2012 e a CCR España Empreendimientos foi adquirida em 2012, juntamente com o Aeroporto Internacional de Quito, no qual detém a participação indireta.

MTH: A empresa, com sede em Amsterdã, na Holanda, tem como principal objeto social a aquisição, a alienação, a importação, a exportação e o arrendamento mercantil de embarcações para o transporte marítimo regular de passageiros, equipamentos e outros ativos. A CCR España detém 100% do capital social da MTH, a qual foi constituída em 6 de setembro de 2012.

CCR USA: A empresa, constituída em 30 de setembro de 2015 e com sede na cidade de Dover (Delaware), nos Estados Unidos da América, tem como principal objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades.

INSTA: A empresa, com sede na cidade de Phoenix (Arizona), nos Estados Unidos da América, tem como principal objeto social a prestação de serviços de gerenciamento e administração relacionados a atividades em aeroportos.

Título CCR: Em 19 de agosto de 2014, foi constituído o Instituto, com o objetivo de incentivar e promover atividades, programas e projetos nas áreas de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, sem finalidade lucrativa. A CCR e algumas de suas controladas participam do Instituto.

SCCV: Em 30 de setembro de 2014, foi constituída a SCCV - Sociedade de Comercialização de Créditos de Viagem S/A (SCCV), com o objetivo de explorar a atividade de bilhetagem do Metrô Bahia. A CPC detém 100% do capital social da empresa de maneira direta e indireta.

Controlar: Em 31 de janeiro de 2014, a concessionária encerrou suas atividades e atualmente se encontra em fase de liquidação. A nota explicativa 132.

CCR Ponte (Ponte): Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo de contrato de concessão foi até 31 de maio de 2015.

Outras informações

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedidos transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção das ViaLagoas e Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritos, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações, com exceção de partes dos bens da Barcas. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, exceto que a CCR não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e nas consolidadas.

a) Base de consolidação

• Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão e prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido e os valores residuais são alocados a ativos de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhec

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Ativos intangíveis

- A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:
 - Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados, calculada no tempo de acesso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados, S&O demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o prazo de geração de benefício econômico estimado.
 - Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ações.
 - Os direitos de concessões, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar em concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.
 - Os ativos gerados nas aquisições das participações acionárias nas empresas STP, Siga Livre (incorporada) e TAS, estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.
 - Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.
 - Direito de exploração de infraestrutura - vide item "i".

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros
 - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.
 - Os custos dos ativos intangíveis em relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.
 - Ativos não financeiros
 - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.
- A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refleitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.
- Durante a projeção, premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

- k) Provisões**
 - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser provista de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa anual de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.
 - Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

- l) Provisão de manutenção - contratos de concessão**
 - As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão e para o resgate de ativos são avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

- A política da Companhia define que está enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reiniciadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.
- A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.
- Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o prazo de concessão.

- m) Receitas e despesas financeiras**
 - Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.
 - As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

- n) Capitalização dos custos dos empréstimos**
 - Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.
- o) Benefícios e empregados**
 - Planos de contribuição definida
 - Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.
 - Um plano de benefício definido
 - O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de caixa do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se o método dos pontos de vista.
 - Benefícios de curto prazo a empregados
 - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

- p) Pagamentos baseados em ações**
 - Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.
- q) Imposto de renda e contribuição social**
 - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 10% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
 - O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado à menos que estejam relacionadas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.
 - O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
 - O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente a diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas nas atividades fiscais e o pagamento de impostos e o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.
 - Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
 - Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças fiscais decorrentes de eventos quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação sejam reconhecidos e os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.
 - Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

- r) Resultado por ação**
 - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.
- s) Direito da concessão**

- BH Airport**
 - Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 25d), baseado nos termos contratuais.
 - Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, consequentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.
- AutoBA, ViaOeste e RodoAnel Oeste**

- Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 25) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.
- l) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)**
 - A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.
 - Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre o ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.
 - Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.
 - O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca de direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro, e as restituições dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.
 - A margem de lucro do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.
- u) Informação por segmento**

- Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo OCR. Todos os resultados operacionais são revisitos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.
- Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.
- v) Custos pré-operacionais**

- A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passarão a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.
- Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial de Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item "a" desta nota explicativa.

w) Demonstrações de valor adicionado

- Foram elaboradas demonstrações de valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.
- x) Novos pronunciamentos e interpretações**

- Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação ser torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto.	Fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 Combinações de Negócios.	(a)
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos escalonados de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 probem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(a)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em atos entre investidor e associada ou <i>joint venture</i>	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> .	(a)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i>	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foi adotado pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos - Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado

3. Aquisição de controlada e controlada em conjunto

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1, em 2015, a Companhia passou a deter o controle da TAS, por meio da CCR USA, mediante a aquisição de 70% daquela empresa. Além disso, adquiriu 50% das ações da ADC&HAS e aumentou sua participação na Quiport para aproximadamente 50%, mediante a aquisição adicional de 4,5% das ações da Quiport Holdings. A seguir estão demonstrados os tipos de contrapartidas transferidas e os valores justos inicialmente reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição das operações acima descritas:

	TAS	ADC&HAS	Quiport Holdings
	100%	50%	4,5%
	2015	2015	2015
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.306	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	27.220	16.989	-
Despesas antecipadas e outros	32.573	3	-
Imobilizado	658	-	-
Intangível	-	-	-
Investimentos	-	585	52.290
Contas a pagar de partes relacionadas	-	(487)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(4.439)	-	(12)
Obrigações sociais e trabalhistas	(15.737)	(27)	-
Outras obrigações	(17.745)	-	-
Total de ativos líquidos identificáveis	23.942	17.063	52.276
Valor total da contrapartição transferida	(82.510)	(93.412)	(75.274)
Participação em minoritários	7.152	-	50.048
Menos valor total líquido de ativos identificáveis	28.514	(17.063)	(52.276)
Caixa da investida (70%)	(914)	-	-
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da investida	81.596	93.412	75.044

Considerando que as informações acima referem-se à estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

4. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conformaão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

- As presentes demonstrações financeiras incluem:
 - As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
 - As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

- Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e o BRGAAP e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controlados em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41.

	Concessões rodoviárias	Concessão de transporte passageiros	Serviços/ Holdings	Concessões aeroportuárias	Concessão de transporte marítimo	Consolidado
Informações relativas a 31 de dezembro de 2015						
Receitas brutas	6.965.298	1.266.786	87.653	498.149	162.721	8.980.607
Receitas brutas entre segmentos	10.360	-	52.287	-	-	62.647
Receitas financeiras	644.125	252.783	537.360	60.116	7.975	1.502.359
Despesas financeiras	(1.661.765)	(340.167)	(694.544)	(286.692)	(32.375)	(3.015.453)
Depreciação e amortização	(707.768)	(1.111)	(51.260)	(36.195)	(26.221)	(822.555)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	1.414.165	(88.851)	(413.094)	(46.553)	(78.796)	786.871
Imposto de renda e contribuição social	(525.866)	49.579	(26.211)	73.026	49.579	(429.372)
Resultado de equivalência patrimonial	36.123	1.725	42.707	95.798	-	176.353
Informações relativas a 31 de dezembro de 2014						
Receitas brutas	6.853.874	664.147	46.422	190.524	168.436	7.923.403
Receitas brutas entre segmentos	-	-	19.850	-	-	19.850
Receitas financeiras	250.063	49.346	85.849	36.616	8.592	430.466
Despesas financeiras	(970.029)	(59.400)	(208.907)	(59.103)	(28.501)	(1.325.940)
Depreciação e amortização	(610.578)	(218)	(39.493)	(22.534)	(21.686)	(694.494)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	1.618.778	(47.397)	(205,222)	24.732	(41.198)	1.349.693
Imposto de renda e contribuição social	(663.594)	24.303	12.053	1.408	-	(617.983)
Resultado de equivalência patrimonial	31.894	44.483	69.401	51.880	-	197.658
Concessões rodoviárias		Concessão de transporte passageiros	Serviços/ Holdings	Concessões aeroportuárias	Concessão de transporte marítimo	Consolidado
Ativos dos segmentos divulgáveis	12.997.115	2.898.821	2.705.056	2.759.989	322.513	21.683.494
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	256.234	206.685	87.118	776.562	-	1.326.599
CAPEX	1.235.359	785.891	61.226	224.796	8.616	2.315.888
Passivos dos segmentos divulgáveis	(10.046.808)	(2.747.047)	(3.121.006)	(1.596.670)	(267.653)	(17.779.182)
Informações relativas a 31 de dezembro de 2014						
Ativos dos segmentos divulgáveis	12.563.008	1.008.911	1.097.244	2.191.127	362.886	17.223.176
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	193.618	133.096	88.572	367.549	-	782.835
CAPEX	1.194.279	437.915	78.007	27.889	20.993	1.759.083
Passivos dos segmentos divulgáveis	(9.561.519)	(725.178)	(1.684.403)	(1.247.720)	(334.143)	(13.552.963)

7. Gerenciamento de riscos financeiros

- Visão geral**
 - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:
 - a) Risco de crédito;
 - b) Risco de taxas de juros e inflação;
 - c) Risco de taxa de câmbio; e
 - d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.
 - A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

- a) Risco de crédito**
 - Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos e junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

- b) Risco de taxas de juros e inflação**
 - Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.
 - A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas no 8, 16, 17, 24 e 25.
 - As *tarifas das concessões do Grupo OCR são reajustadas por índices de inflação.*

- c) Risco de taxa de câmbio**
 - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. As investidas brasileiras financeiras parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) equivalentes, em 31 de dezembro de 2015, a R\$ 1.576.646 (R\$ 152.522 em 31 de dezembro de 2014), os quais estão protegidos integralmente por contratos de *hedge*.
 - A CCR USA e a Quiport possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda oficial nos países onde operam.
 - A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda funcional dessas investidas.
 - Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 16 e 24.

- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**
 - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.
 - O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratuada de vencimento:

	Controladora				Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis (a)	12.173	661.202	-	-	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	639.248	-	400.000	-	-	-
Menos de 1 ano	651.421	661.202	400.000	-	-	-
Entre 1 e 2 anos	1.115.173	1.201.521	293.525	4		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas com brindes e associações de classe	(347)	(414)	(1.671)	(2.040)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(7.245)	(5.782)	(11.662)	(8.771)
Juros sobre capital próprio	(26.988)	(13.201)	(3.650)	(969)
IR e CS sobre prejuízo da CPC	-	-	(18.618)	(1.079)
Outros ajustes tributários	-	604	(26.777)	17.946
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(28.042)	3.259	(429.472)	(617.983)
Impostos correntes	(11)	(264)	(655.251)	(741.528)
Impostos diferidos	(28.031)	3.523	225.779	123.545
	(28.042)	3.259	(429.472)	(617.983)
Alíquota efetiva de impostos	3,14%	-0,24%	35,31%	31,41%

b. Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	20.518	6.358	495.912	259.857
Valor justo de operações com derivativos	735	-	129.504	38.435
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07	-	-	102.137	46.196
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.248	4.306	16.109	13.064
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	3.529	2.075
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	135	151	16.945	10.646
Plano de incentivo de longo prazo	5.233	10.446	5.233	10.446
Perdas em operações com derivativos	2	-	28.217	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	-	-	513.115	532.899
Outros	566	265	46.761	22.804
	31.437	21.526	1.357.462	936.422

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	-	-	(753.307)	(783.855)
Valor justo de operações com derivativos	-	-	(139.680)	(41.574)
Pagamento de juros e principal	-	-	-	-
- arrendamento mercantil financeiro	(330)	(330)	(6.644)	(7.020)
Ganhos de operações com derivativos	(36.251)	-	(159.720)	(21.516)
Hedge accounting	-	-	(20.468)	-
Outros	(1.691)	-	(33.485)	(15.224)
	(38.272)	(330)	(1.113.304)	(869.189)
	(6.835)	21.196	244.158	87.233

(a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativas da contribuição social nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2016	-	-	20.518	22.252
2017	-	-	-	14.104
2018	-	-	-	16.918
2019	-	-	-	27.223
de 2020 em diante	-	-	-	415.415
	-	-	20.518	495.912

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

A CPC não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 138.455 (R\$ 84.899 em 2014) e de R\$ 148.044 (R\$ 89.941 em 2014), respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fosse registrado, o saldo do ativo fiscal diferido IRPJ/CSLL seria de R\$ 47.938 (R\$ 29.320 em 31 de dezembro de 2014).

11. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Circulante						
ViaLagos	430	430	-	-	8.640	9.070
AutoBAn	4.727	4.727	978.554	831.240	1.025.623	883.236
ViaOeste	3.297	3.297	142.569	120.159	162.351	143.238
RodoAnel Oeste	73.578	73.578	-	-	1.575.795	1.649.373
	82.032	82.032	1.120.923	951.399	2.772.409	2.684.917

(1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

(2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo das concessões.

12. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

a. Controladora

	Transações 2015		
	Serviços prestados	Receitas	Receitas financeiras
Controladas			
RodoNorte (a)	-	5.240	-
ViaOeste (a)	-	12.185	-
RodoAnel Oeste (a) (b)	-	204	101.656
Ponte (a)	-	1.572	-
NovaDutra (a)	-	19.986	202
ViaLagos (a)	-	2.810	-
AutoBAn (a)	-	21.771	-
CPC (a)	216	869	-
SPVias (a) (d)	-	41.283	-
Inovap 5 (a)	-	158	-
Samm (a)	-	693	-
Barcas (a)	-	3.173	-
MSVIA (a)	-	2.779	-
Metrô Bahia (a)	-	2.339	-
BH Airport (a)	-	21.905	-
Controladas em conjunto			
ViaQuatro (a)	-	3.526	-
ViaRio (a)	-	501	-
Outras partes relacionadas			
Companhia Operadora de Rodovias (a)	-	745	-
CORI (a)	103	119	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a)	-	2.944	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (c)	-	-	665
RATP Development S.A. (c)	-	-	665
Total, 31 de dezembro 2015	319	145.314	103.188
Total, 31 de dezembro 2014	438	127.222	77.631

	Saldos			
	Ativo	Passivo		Fornecedores, Contas a pagar e ILP
	AFAC	Mútuos	AFAC	contas a pagar e ILP
Controladoras				
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	720
Soares Penido Concessões	-	-	-	287
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189
Controladas				
RodoNorte (a)	410	-	-	-
ViaOeste (a) (f)	953	1.724	-	-
RodoAnel Oeste (a) (b)	16	757.197	-	-
NovaDutra (a)	1.563	-	-	-
ViaLagos (a)	220	-	-	-
AutoBAn (a)	1.717	-	-	-
CPC (a)	88	-	-	128
SPVias (a) (d)	170	-	-	-
Samm (a) (f)	58	-	-	-
Barcas (a)	248	-	-	-

a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto - Controladora

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
AutoBAn (a)	707.590	586.785	707.590	586.785	581.650	669.376	581.650	669.376
CCR México (a)	1.125	1.206	1.125	1.206	(342)	(77)	(342)	(77)
CIIS	59.724	53.793	59.724	53.793	(4.424)	(3.962)	(4.424)	(3.962)
CPC	1.427.505	1.293.368	1.413.230	1.280.434	(164.554)	51.180	(162.908)	50.668
NovaDutra (a)	437.639	442.780	437.639	442.780	154.736	213.344	154.736	213.344
Parques	(1)	2	(1)	2	(3)	40	(3)	34
Ponte (a)	29.638	47.587	29.638	47.587	(17.949)	23.856	(17.949)	23.856
RodoAnel Oeste	(194.518)	(95.223)	(192.292)	(94.083)	(181.169)	(156.263)	(179.095)	(154.393)
RodoNorte	217.165	211.373	186.588	181.612	218.209	223.311	187.485	191.869
RodoNorte (Direito de concessão gerado na aquisição)	-	-	7.096	8.127	-	-	(1.031)	(981)
Samm	60.057	30.446	59.997	30.416	(7.882)	(11.977)	(7.882)	(11.965)
SPCP	1.675	845	1.673	844	(2.870)	(4.253)	(2.867)	(4.249)
STP	198.953	239.541	68.116	82.012	131.071	201.678	44.875	69.049
STP (Ágio)	-	-	3.899	3.898	-	-	-	-
ViaLagos (a)	19.749	27.235	19.749	27.235	19.356	29.218	19.356	29.218
ViaOeste	366.632	231.091	366.632	231.091	299.452	285.049	299.452	285.049
ViaQuatro	304.563	246.381	182.738	142.901	8.205	81.029	4.923	46.997
ViaQuatro (Ágio)	-	-	1.843	-	-	-	(13)	-
ViaRio	217.105	47.978	72.361	15.991	(8.572)	(11.434)	(2.857)	(3.811)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	3.854.601	3.365.188	3.427.345	3.042.631	1.024.906	1.590.115	913.107	1.400.022

(a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora

	Resultado de equivalência patrimonial		Aquisição de participação		Aumento/(Redução) de capital		Dividendos e juros sobre capital próprio		Saldo final
	Saldo inicial	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
AutoBAn	586.785	581.650	-	-	-	-	(460.845)	-	707.590
CCR México	1.206	1.125	-	-	-	-	261	-	1.125
CIIS	53.793	59.724	-	-	-	-	10.355	-	59.724
CPC	1.293.368	1.413.230	-	-	(128.700)	-	424.404	-	1.413.230
NovaDutra	442.780	442.780	-	-	-	-	(159.877)	-	437.639
Parques	2	(3)	-	-	-	-	-	-	(1)
Ponte	47.587	(17.949)	-	-	-	-	-	-	29.638
RodoAnel Oeste	(94.083)	(179.095)	-	-	82.000	-	-	(1.114)	(192.292)
RodoNorte	181.612	187.485	-	-	-	-	(182.509)	-	186.588
RodoNorte (Direito de concessão gerado na aquisição)	8.127	(1.031)	-	-	-	-	-	-	7.096
Samm	30.416	(7.882)	-	-	37.463	-	-	-	59.997
SPCP	844	(2.867)	-	-	3.696	-	-	-	1.673
STP	82.012	44.875	-	-	-	-	(58.771)	-	68.116
STP (Ágio)	3.898	1	-	-	-	-	-	-	3.899
ViaLagos	27.235	19.356	-	-	-	-	(26.842)	-	19.749
ViaOeste	231.091	299.452	-	-	-	-	(163.911)	-	366.632
ViaQuatro	142.901	4.923	6.870	-	-	-	(27.066)	55.110	182.738
ViaQuatro (Ágio)	-	-	1.856	-	-	-	-	-	1.843
ViaRio	15.991	(2.857)	-	-	-	-	59.227	-	72.361
Total	3.042.631	913.107	8.726	53.686	(1.079.821)	490.130	(1.114)	-	3.427.345

	2015			
	Ativo		Passivo	
	AFAC	Mútuos	AFAC	Fornecedores, Contas a pagar e ILP
Contas a receber	217	-	-	-
Metrô Bahia (a)	183	-	-	-
BH Airport (a)	538	-	-	-
Controladas em conjunto	276	-	-	-
ViaQuatro (a)	538	-	-	-
VLT Carioca (a)	33	-	-	-
ViaRio (a)	26	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Companhia Operadora de Rodovias (a)	58	-	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a)	233	-	-	-
Plano de incentivo de longo prazo (e)	-	-	-	16.982
Total circulante, 31 de dezembro de 2015	7.007	-	-	4.636
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015	-	1.724	757.197	1.916
Total, 31 de dezembro de 2015	7.007	1.724	757.197	1.916
Total, 31 de dezembro de 2014	10.288	1.724	698.316	32.706

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.

(b) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 15 de novembro de 2

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
	2013			2014		
AutoBAn	670.409	669.376	-	(753.000)	-	586.785
CCR México	1.275	(77)	-	-	8	1.206
CIIS	61.434	(3.962)	-	-	(3.679)	53.793
CPC	1.088.004	50.668	89.100	(20.580)	73.242	1.280.434
NovaDutra	420.541	213.344	-	(191.105)	-	442.780
Parques	(32)	34	-	-	-	2
Ponte	43.541	23.856	-	(19.810)	-	47.587
RodoAnel Oeste	(73.469)	(154.393)	133.779	-	-	(94.083)
RodoNorte	175.600	191.869	-	(185.857)	-	181.612
RodoNorte (Direito de concessão gerado na aquisição)	9.108	(981)	-	-	-	8.127
Samm	12.411	(11.965)	29.970	-	-	30.416
SPCP	98	(4.249)	4.995	-	-	844
STP	57.468	69.049	-	(44.505)	-	82.012
STP (Ágio)	3.898	-	-	-	-	3.898
ViaLagos	20.696	29.218	-	(22.679)	-	27.235
ViaOeste	314.648	285.049	-	(368.606)	-	231.091
ViaQuatro	93.328	46.997	-	(13.989)	16.565	142.901
ViaRio	19.802	(3.811)	-	-	-	15.991
Total	2.918.760	1.400.022	257.844	(1.620.131)	86.136	3.042.631

a.3) Informações financeiras resumidas das controladas - Controladora e Consolidado

O Metrô Bahia, ATP, Barcas, Inovap, SPVias, Green Airports, CCR España, CCR España Empreendimentos, Alba Concessions, MSVia e Spac são consolidadas na CPC. A CAI, CAP, CARE, CCR Costa Rica, CPA e a MTH são consolidadas na CCR España. A BH Airport é consolidada na Spac. A TAS é consolidada na CCR USA, que por sua vez, é consolidada na CCR España Empreendimentos.

	2015				2014			
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Alba Concessions	275.729	11.695	-	7.326	182.170	7.956	-	661
Alba Participations	10.079	-	-	(4.187)	1.715	3.468	-	(1.602)
ATP	7.212	10.039	6.984	(345)	6.944	6.944	5.769	(757)
AutoBAn	3.639.854	2.932.263	2.100.668	581.650	3.532.684	2.945.909	2.184.719	669.389
Barcas	325.087	272.763	158.117	(91.404)	365.046	337.317	164.912	(54.472)
BH Airport	1.447.139	1.369.128	343.811	(161.204)	1.395.812	1.156.597	82.587	(24.255)
CAI	117.904	8.693	-	12.266	68.453	5.913	-	1.219
CAP	220.156	102.253	154.338	12.266	156.108	87.656	107.940	1.219
CARE	4	4.767	-	-	3.243	-	-	(82)
CCR Costa Rica	8.205	-	-	419	4.450	-	-	(1.509)
CCR España	209.278	452	-	7.138	149.425	477	-	(2.734)
CCR España Empreendimentos	731.021	277.404	-	68.726	326.152	78.652	-	53.402
CCR México	1.112	63	-	(342)	1.244	38	-	(77)
CCR USA	95.374	99.023	-	(3.613)	-	-	-	-
CIIS	60.414	665	-	(4.424)	-	-	-	-
CPA	88.200	4.639	-	757	62.362	8.569	-	(3.964)
CPC	2.404.338	976.860	141.855	(164.553)	2.046.673	753.305	120.715	51.180
Green Airports	192.921	607	-	12.076	121.544	360	-	8.914
Inovap 5	797	790	905	88	1.742	1.823	1.055	(82)
Metrô Bahia	2.898.821	2.747.806	1.266.786	(93.956)	868.424	718.289	664.145	(50.825)
MSVia	947.177	614.228	588.439	(11.725)	532.915	313.241	149.518	(14.326)
MTH	41.534	125	5.861	4.505	37.523	55	4.985	3.999
NovaDutra	1.747.235	1.309.594	1.315.491	154.736	1.688.641	1.245.861	1.389.262	213.344
Parques	180	183	-	(4)	190	188	-	39
Ponte	31.952	2.314	66.860	(17.949)	68.889	21.302	164.932	28.856
RodoAnel Oeste	2.633.278	2.827.629	244.446	(181.071)	2.614.894	2.710.072	241.615	(156.389)
RodoNorte	808.641	591.479	809.141	218.207	662.201	540.828	747.099	223.311
Samm	219.696	159.640	68.113	(7.890)	189.928	159.482	45.970	(11.977)
SCCV	10	-	-	-	-	-	-	-
Spac	40.023	3	-	(82.352)	122.083	1	-	(22.287)
SPCP	2.380	705	-	(2.870)	1.734	889	-	(4.253)
SPVias	1.929.739	1.704.799	642.977	53.898	1.990.622	1.528.902	763.688	88.845
TAS	267.291	247.467	148.388	1.179	-	-	-	-
ViaLagos	267.291	148.388	148.388	19.356	272.055	244.820	205.295	29.218
ViaOeste	1.390.797	1.024.166	1.066.760	299.452	1.396.677	1.165.586	1.011.679	285.047
Subtotal	22.856.439	17.339.490	9.148.277	626.037	18.934.794	13.960.447	8.055.885	1.302.286
Controladora	5.845.251	2.044.968	148.214	865.696	4.404.239	908.109	127.222	1.336.539
Eliminações	(7.018.196)	(1.605.276)	(253.237)	(704.862)	(6.115.857)	(1.315.640)	(238.854)	(1.289.132)
Consolidado	21.683.494	17.779.182	9.043.254	786.871	17.223.176	13.552.963	7.943.253	1.349.693

b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto - Consolidado

Empreendimentos controlados em conjunto (a)	Local de constituição e operação	Percentual de participação		Atividade principal
		2015	2014	
ViaQuatro	Brasil (SP)	60%	58%	Concessão de transporte de passageiros
Quiport Holdings (b)	Uruguai	50,0%	45,5%	Holding
ADC&HAS (c)	Ilhas Virgens Britânicas	50,0%	-	Investimentos
FTZ	Ecuador	45,5%	45,5%	Investimentos
Aeropuertos	Costa Rica	48,767%	48,767%	Holding - Aeroportos
Desarrollos	Costa Rica	51%	51%	Holding - Aeroportos
Terminal	Costa Rica	50%	50%	Holding - Aeroportos
ViaRio	Ilhas Virgens Britânicas	50%	50%	Holding - Aeroportos
STP	Brasil (RJ)	33,33%	33,33%	Concessão rodoviária
Renovias	Brasil	34,2372%	34,2372%	Serviços
Controlar (d)	Brasil (SP)	40%	40%	Concessão rodoviária
VLT Carioca	Brasil (SP)	49,3535%	49,0088%	Serviços
	Brasil (RJ)	24,875%	24,875%	Concessão de transporte de passageiros

(a) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial.

(b) A partir de 13 de dezembro de 2015, a CCR España Empreendimentos adquiriu participação adicional de 4,5% do capital da investida.

(c) Em 13 de dezembro de 2015, a CPC, através da CCR España Empreendimentos, adquiriu 50% do capital da ADC&HAS.

(d) A partir de 04 de maio de 2015, a CPC passou a deter 49,3535% do capital da investida.

b.1) Composição dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas em conjunto		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das controladas em conjunto		Resultado de equivalência patrimonial	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
ViaQuatro	287.681	246.380	182.738	140.386	11.557	81.030	7.438	52.024
Quiport Holdings	1.226.788	667.057	610.819	303.511	211.970	123.149	97.563	56.033
ADC&HAS	35.064	-	17.439	-	(236)	-	-	(118)
Aeropuertos	7.150	3.878	3.487	1.891	364	178	178	(641)
Desarrollos	8.816	4.782	4.497	2.439	449	(1.622)	229	(827)
Terminal	438	238	217	119	22	(80)	10	(40)
IBSA	(1.213)	(720)	(607)	(360)	(130)	(92)	88	(46)
ViaRio	217.102	47.978	72.361	15.991	(8.575)	(11.434)	(65)	(3.811)
STP	198.958	239.546	68.118	82.014	44.875	201.678	44.875	69.049
Renovias	153.835	110.730	61.543	44.292	134.704	123.585	53.885	49.433
Controlar	(27.228)	6.160	1.582	3.019	(3.007)	812	(1.470)	398
VLT Carioca	77.624	(29.733)	21.998	(7.396)	(22.942)	(30.316)	(5.700)	(7.541)
Total	2.185.015	1.296.296	1.044.172	585.906	455.250	485.394	193.968	214.031
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	-	-	282.427	196.929	-	-	(17.615)	(16.373)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	2.185.015	1.296.296	1.326.599	782.835	455.250	485.394	176.353	197.658

b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Saldo inicial	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
	2014			2015			
ViaQuatro	140.386	6.870	7.438	-	(27.066)	55.110	182.738
Quiport Holdings	303.511	52.278	97.563	-	-	157.467	610.819
ADC&HAS	-	17.063	(118)	-	-	494	17.439
Aeropuertos	1.891	-	178	-	-	1.418	3.487
Desarrollos	2.439	-	229	-	-	1.829	4.497
Terminal	119	-	10	-	-	88	217
IBSA	(360)	-	(65)	-	-	(182)	(607)
ViaRio	15.991	-	-	59.227	-	-	72.361
STP	82.014	-	44.875	-	(58.771)	-	68.118
Renovias	44.292	-	53.885	-	(36.634)	-	61.543
Controlar	3.019	-	(1.470)	-	-	-	1.562
VLT Carioca	(7.396)	-	(5.700)	26.398	-	8.696	21.998
Total	585.906	76.211	193.968	85.638	(122.471)	224.920	1.044.172
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	196.929	100.971	(17.615)	-	-	2.142	282.427
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	782.835	177.182	176.353	85.638	(122.471)	227.062	1.326.599

	Saldo inicial	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
	2013			2014			
ViaQuatro	85.787	-	52.024	-	(13.989)	16.564	140.386
Quiport Holdings	163.134	-	56.033	76.149	(22.645)	30.840	303.511
FTZ	-	-	-	-	-	-	-
Aeropuertos	2.248	-	(641)	-	-	284	1.891
Desarrollos	2.839	-	(827)	70	-	367	2.439
Terminal	141	-	(40)	-	-	18	119
IBSA	(271)	-	(46)	-	-	(43)	(360)
ViaRio	19.802	-	(3.811)	-	-	-	15.991
STP	57.468	-	69.049	-	(44.503)	-	82.014
Renovias	45.894	-	49.433	-	(51.035)	-	44.292
Controlar	(11.498)	(1.181)	398	15.300	-	-	3.019
VLT Carioca	4.617	-	(7.541)	-	-	-	(2.924)
Total	370.221	(1.181)	214.031	91.449	(132.172)	43.558	585.906
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	213.403	106	(16.373)	-	-	(207)	196.929

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	ViaQuatro	Corporação Quiport	leacos	Quiport Holdings	ADC&HAS Management	ADC Equador	Aeris Holding	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	STP	Renovias	Controlar	VLT Carioca	Outros investimentos
Receita	244.352	196.400	-	-	-	-	71.176	-	-	173.116	260.521	158.385	3.043	9.424	-
Depreciação e amortização	(23.921)	(33.215)	-	-	-	-	(14.088)	-	-	(88)	(19.541)	(12.723)	(625)	(2)	-
Receita financeira	77.726	-	-	-	-	-	191	8.685	8.685	5.616	13.933	1.722	138	4.743	-
Despesa financeira	(118.751)	(33.592)	-	-	-	-	(16.802)	(8.685)	(8.685)	(7.642)	(952)	(8.367)	(60)	(11.396)	-
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	71.019	54.598	1.486	56.033	15.081	56.033	2.684	-	(46)	(5.665)	103.979	72.542	405	(1.258)	(289)
IR e CS	(24.022)	-	-	-	-	-	(4.203)	-	-	-	(34.940)	(23.109)	(7)	(7.511)	-
Resultado de operações continuadas	46.997	54.598	15.081	56.033	15.081	56.033	(1.509)	-	(46)	(3.811)	69.039	49.433	398	(3.747)	(289)
Outros resultados abrangentes	16.564	43.951	-	-	-	-	670	(8)	(43)	-	-	-	-	(4.472)	9.645
Resultado abrangente do exercício	63.561	98.549	29.884	86.873	15.081	86.873	(839)	(8)	(89)	(3.811)	69.049	49.433	398	(12.013)	9.356
Dividendo declarado/pago	13.989	15.710	11.255	22.645	-	-	-	-	-	-	44.503	51.035	-	-	6.641

c) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

a) RodoNorte

i. Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)

A ação nº 2005.70.00.007929-7, movida pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, visa a anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa, que já foi julgada definitivamente sem resolução de mérito. Em 07 de março de 2014, foi deferido novo prazo de suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, diante da possibilidade de acordo entre as partes. Encerrado o prazo de suspensão do feito, o processo retornou ao seu curso normal e atualmente encontra-se em fase de instrução.

ii. Processo de encampação

Em 04 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Controlada propôs a ação judicial nº 2003.34.00.028316-4 em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) com o propósito de impedir a encampação da concessão. Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. O processo encontra-se em fase de instrução.

iii. Decreto expropriatório

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da RodoNorte. Em razão disso, os acionistas e a investida ajuizaram a ação nº 2004.34.00.001399-6 em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 05 de maio de 2004; no pleno do STJ em 06 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto nº 2.462/04.

O processo atualmente está concluso, aguardando prolação da sentença.

iv. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir juízo ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença.

Em 26 de maio de 2015, foi celebrado acordo pelas partes para encerrar os processos referentes aos reajustes de 2003 a 2010.

O contrato de concessão prevê o equilíbrio econômico-financeiro, ressarciendo a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Os reajustes de 2011 a 2015 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

v. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR não acolheu a defesa e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas foram contram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma (2005.34.00.001966-1) para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual evidentemente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra (2005.34.00.004587-6) para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos perambularam por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, o processo encontra-se em fase de instrução.

vi. Redução de tarifa - receita maior

O DER propôs a ação civil pública nº 2007.70.00.005416-9, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, conqur o que foi interposto recurso pela Controlada e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Proferida sentença em primeira instância e acórdão em segunda instância pela extinção da ação sem julgamento do mérito. O DER apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam o juízo de admissibilidade.

vii. Prorrogação/Extensão do Contrato de Concessão e Convênio de Delegação

Em 14 de agosto de 2015, o Ministério Público Federal de Jacareizinho/PR propôs Ação Civil Pública (nº 5002208-05.2015.4.04.7013) em face da União, Estado do Paraná, DER/PR, RodoNorte, e demais Concessionárias do Paraná, alegando que as partes estão a tentar a prorrogação dos Convênios de Delegação celebrados entre a União e o Estado do Paraná e dos Contratos de Concessão celebrados entre o Estado do Paraná e as Concessionárias, sem a respectiva licitação, o que acarretaria danos aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa. Nos termos do pedido formulado, a liminar foi concedida para que: i.) a União se abstinha de qualquer ato de renovação dos referidos Convênios de Delegação com a finalidade de atender à proposta do DER e do Estado do Paraná de prorrogar os atuais contratos; ii.) o DER, o Estado do Paraná e as Concessionárias se abstenham de firmar qualquer acordo de prorrogação do prazo de vigência dos atuais contratos de concessão sem a realização de procedimento licitatório. As risc recorram na liminar concedida ao TRF e aguardam o julgamento dos respectivos recursos. Aguarda-se a apresentação das respectivas defesas pelos réus.

viii. Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Controlada divulgou Comunicado ao Mercado, informando que a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13.103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná - Agepar, deixou de cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de equilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão.

Em 04 de setembro de 2015, a Controlada divulgou novo Comunicado ao Mercado informando que, acatando ao previsto na Resolução nº 004, de 1º de setembro de 2015 da Agência Reguladora do Paraná - Agepar, que revogou a Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, retornou a cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita no período de vigência da Resolução nº 002/15, revogada pela Resolução nº 004/15, deverá ser repercutida, nos termos do contrato e das normas que regem a concessão.

b) ViaOeste

i. Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBA, solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados em Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ARTESP apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a contravérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida contravérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Atualmente as referidas ações encontram-se em fase de provas, tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a contravérsia de ambas as ações.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº0019924-81.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Concessionária interps recurso de apelação que aguarda julgamento.

ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho 2014, a concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, ARTESP e Estado de São Paulo interuseram recursos de Apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014.

c) RodoAnel Oeste

i. Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalco Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 08 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido, e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação.

Em 09 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até o trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governador de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recursos de Recurso de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido.

O processo do Tribunal de Justiça de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalco interuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012 foram interpostos recursos excepcionais ao STJ e STF, os quais tiveram o seguimento negado. Contra estas decisões foram apresentados agravos em janeiro de 2015. Neste momento, aguarda-se o julgamento destes agravos denegatórios de seguimento de Recursos de Recursos Extraordinário.

ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho 2014, a concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, ARTESP e Estado de São Paulo interuseram recursos de Apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014.

d) ViaQuatro

i. Processo nº 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo)

Trata-se de Ação Popular distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 12 de março de 2013 o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade.

ii. Processo nº 0117119-13.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo)

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de julho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitan de São Paulo-Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 29 de outubro de 2009, foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 053.06.107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

	2014														
	ViaQuatro	Corporação Quiport	leacos	Quiport Holdings	ADC&HAS Management	ADC Equador	Aeris Holding	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	STP	Renovias	Controlar	VLT Carioca	Outros investimentos
	244.352	196.400	-	-	-	-	71.176	-	-	173.116	260.521	158.385	3.043	9.424	-
	(23.921)	(33.215)	-	-	-	-	(14.088)	-	-	(88)	(19.541)	(12.723)	(625)	(2)	-
	77.726	-	-	-	-	-	191	8.685	8.685	5.616	13.933	1.722	138	4.743	-
	(118.751)	(33.592)	-	-	-	-	(16.802)	(8.685)	(8.685)	(7.642)	(952)	(8.367)	(60)	(11.396)	-
	71.019	54.598	1.486	56.033	15.081	56.033	2.684	-	(46)	(5.665)	103.979	72.542	405	(1.258)	(289)
	(24.022)	-	-	-	-	-	(4.203)	-	-	-	(34.940)	(23.109)	(7)	(7.511)	-
	46.997	54.598	15.081	56.033	15.081	56.033	(1.509)	-	(46)	(3.811)	69.039	49.433	398	(3.747)	(289)
	16.564	43.951	-	-	-	-	670	(8)	(43)	-	-	-	-	(4.472)	9.645
	63.561	98.549	29.884	86.873	15.081	86.873	(839)	(8)	(89)	(3.811)	69.049	49.433	398	(12.013)	9.356
	13.989	15.710	11.255	22.645	-	-	-	-	-	-	44.503	51.035	-	-	6.641

Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item "i" acima).

e) Controlar

i. Ação Civil Pública nº 1429/1997 ajuizada em 04 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S/A, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réas para a utilização do Centro Integrado de Taxis, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 08 de abril de 2003. Em 22 de maio de 2015 foram inadmitidos os recursos interpostos pela Controlar aos Tribunais Superiores (STJ e STF). Contra essa decisão, a Controlar interps agravos que aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

ii. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O juízo de 1º Grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os requeridos.

A referida liminar foi parcialmente suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça, em 11 de janeiro de 2012, em decisão confirmada pela Corte Especial do mesmo Tribunal, em 18 de abril de 2012. O juízo de 1º Grau, em razão da decisão do STJ, retirou a indisponibilidade de bens de todos os requeridos.

Em 26 de junho de 2012, foram julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo recursos anteriores, da CCR, Controlar e outros, interpostos contra a mesma liminar, que foram acatados para cassar a parte restante da liminar, relativa à realização de nova licitação.

Em 27 de junho de 2012, o juízo de 1º Grau proferiu decisão reafirmando o desbloqueio dos bens de todos os requeridos.

O novo juízo designado para processar e julgar o feito, em 29 de julho de 2014 proferiu decisão revigorando a determinação de bloqueio dos bens dos requeridos. Em 15 de agosto de 2014, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu referida decisão, mantendo o desbloqueio dos bens dos requeridos.

Em primeira instância, aguarda-se a intimação de todos os requeridos, após o que serão apresentadas defesas prévias.

iii. Ação Cautelar nº 1006718-80.2013.8.26.0053, ajuizada em 11 de outubro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A medida foi proposta pela Controlar S/A contra a Municipalidade de São Paulo, em vista da decretação de encerramento do Contrato de Concessão, por parte da Administração. A ordem cautelar foi concedida liminarmente, autorizando-se a continuidade da prestação dos serviços até o final do exercício de 2013 (31 de janeiro de 2014). A Municipalidade interps recurso de Agravo de Instrumento, mas não obteve êxito no respectivo efeito suspensivo pleiteado (liminar). Posteriormente, a Controlar pleiteou a extensão da medida cautelar para que permanecesse prestando o serviço até que a Municipalidade concluisse a licitação do novo modelo de inspeção veicular e as novas empresas contratadas estivessem aptas a operar o referido serviço, o que foi indeferido pelo juízo da causa. Por determinação do juízo, a ação será julgada em conjunto com o processo principal, nº 1011663-13.20

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Ativos Intangíveis - Consolidado

Movimentação do custo	2014				2015				
	Saldo inicial	Aquisição de participação TAS	Adições	Baixas (c)	Transferências (d)	Outros	Varição cambial	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	10.346.917	-	2.146.893	(145.364)	9.878	-	109.783	12.468.107	
Direitos de uso de sistemas informatizados	94.415	461	214	(3.339)	49.937	-	-	141.688	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	32.598	-	268	(341)	4.102	-	-	36.627	
Cessão de fibra óptica e conectividade	39.134	-	14.783	-	(21.088)	157	-	32.986	
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport) (e)	1.069.119	-	-	-	-	(8.848)	-	1.060.271	
Transmissão de dados de radiofrequência	2.504	-	-	-	(1.647)	(8)	-	849	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inovap 5 (b)	3.087	-	-	(3.087)	-	-	-	-	
RodoNorte (a)	14.988	-	-	-	-	-	-	14.988	
SPVias (a)	1.177.136	-	-	-	-	-	-	1.177.136	
ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	-	-	-	251.709	
Barcas (b)	11.382	-	-	-	-	-	-	11.382	
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	72.250	-	-	-	-	-	10.692	82.942	
TAS	-	65.821	-	-	-	-	1.775	67.596	
	13.115.239	66.282	2.162.158	(152.131)	41.182	(8.699)	122.250	15.346.281	
2013		2014		2015		2016		2017	
Saldo inicial	Adições	Baixas (c)	Transferências (d)	Outros	Varição cambial	Saldo final			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	8.695.820	1.623.409	(7.749)	9.452	412	25.573	-	10.346.917	
Direitos de uso de sistemas informatizados	75.172	9.643	-	9.600	-	-	-	94.415	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	28.479	1	-	4.118	-	-	-	32.598	
Cessão de fibra óptica	21.672	17.481	-	(19)	-	-	-	39.134	
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	31	1.069.119	-	-	-	-	-	1.069.119	
Transmissão de dados de radiofrequência	1.088	1.589	-	(173)	-	-	-	2.504	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inovap 5 (b)	3.087	-	-	-	-	-	-	3.087	
RodoNorte (a)	14.988	-	-	-	-	-	-	14.988	
SPVias (a)	1.177.136	-	-	-	-	-	-	1.177.136	
ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	-	-	-	251.709	
Barcas (b)	11.382	-	-	-	-	-	-	11.382	
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	73.113	-	-	-	-	-	(863)	72.250	
	10.353.646	2.721.242	(7.749)	22.978	412	24.710	-	13.115.239	

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 136.367 em 2015 (R\$ 86.197 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 8,63% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,58% a.a. em 2014.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis custos de *hedge accounting* no montante de R\$ 30.370 em 2015.

Movimentação da amortização	2014				2015				
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas (c)	Transferências (d)	Outros	Varição cambial	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	(3.012.995)	(579.955)	142.090	58	(52.563)	(3.503.365)		
Direitos de uso de sistemas informatizados	22	(54.456)	(17.308)	3.325	444	(67.995)	(54.456)		
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	21	(20.087)	(4.921)	341	-	(24.667)	(20.087)		
Cessão de fibra óptica	14	(12.542)	(9.634)	-	21.088	(1.088)	(24.667)		
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	(a)	(5.233)	(13.601)	-	-	(1.088)	(18.834)		
Transmissão de dados de radiofrequência	31	(880)	(831)	-	1.647	(64)	(880)		
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(a)	-	-	-	-	-	(64)		
Inovap 5 (b)	(a)	(899)	(778)	-	1.677	-	(899)		
RodoNorte (a)	(a)	(6.861)	(1.031)	-	-	-	(7.892)		
SPVias (a)	(a)	(175.710)	(54.225)	-	-	-	(229.935)		
ViaOeste (a)	(a)	(102.910)	(15.139)	-	-	-	(118.049)		
Barcas (b)	(a)	(2.600)	(1.076)	-	-	-	(3.676)		
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	(a)	(12.960)	(3.756)	-	-	-	(17.514)		
		(3.408.133)	(702.235)	147.433	23.237	(798)	(3.993.079)		
2013		2014		2015		2016		2017	
Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas (c)	Transferências (d)	Outros	Varição cambial	Saldo final		
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	(2.500.656)	(495.580)	3.647	702	(21.098)	(3.012.995)		
Direitos de uso de sistemas informatizados	22	(41.636)	(12.804)	-	(16)	-	(54.456)		
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	21	(15.580)	(4.506)	-	(1)	-	(20.087)		
Cessão de fibra óptica	14	(5.511)	(7.218)	-	187	-	(12.542)		
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	(a)	-	(5.233)	-	-	-	(5.233)		
Transmissão de dados de radiofrequência	(a)	(155)	(711)	-	-	-	(880)		
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	31	-	-	-	(14)	-	-		
Inovap 5 (b)	(a)	(364)	(535)	-	-	-	(899)		
RodoNorte (a)	(a)	(5.880)	(981)	-	-	-	(6.861)		
SPVias (a)	(a)	(126.398)	(48.312)	-	-	-	(175.710)		
ViaOeste (a)	(a)	(88.736)	(14.174)	-	-	-	(102.910)		
Barcas (b)	(a)	(1.389)	(1.211)	-	-	-	(2.600)		
Aeroporto Internacional de Curaçao (b)	(a)	(9.696)	(3.330)	-	-	66	(12.960)		
		(2.796.011)	(595.595)	3.647	858	(21.032)	(3.408.133)		

(a) Amortização pela curva do benefício econômico;

(b) Amortização linear;

(c) Baixa dos ativos intangíveis da Ponte Rio-Niterói;

(d) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e

(e) Refere-se a ajuste do valor presente inicial, ocorrido após esclarecimentos feitos pela ANAC à BH Airport.

16. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento final	2015	2014
2. AutoBAN	BNDES - FINEM nacional	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	13	Fevereiro de 2017	48.397	89.500 (c)
2. AutoBAN	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	4.565	8.444 (c)
3. SPVias	BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2019	104.832	139.379 (c)
4. MSVia	BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	0,5494% (a)	2.210	493	Abri de 2016	556.031	271.507 (d)
5a. Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	0,2757% (a)	24.542	24.438	Outubro de 2042	1.028.805	- (e)
13. Diversos	Alfa S.A. (Finame)	5,50% a 7,70% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	811	1.479 (f)
	Bradesco S.A. (Arrendamento Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Janeiro de 2015	-	2 (f)
	Subtotal em moeda nacional				24.944		1.743.441	510.311
	Subtotal em moeda estrangeira							
1a. CCR	Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M + 1,45% a.a	N/I	-	-	Março de 2017	224.720	- (g)
1b. CCR	HSBC BANK USA NA (b)	LIBOR 3M + 0,80% a.a	N/I	-	-	Abri de 2017	448.655	- (g)
	Subtotal Controladora						673.375	-
5b. Metrô Bahia	Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M + 1,40% a.a	0,01283% (a)	304	-	Janeiro de 2016	146.577	- (d)
5c. Metrô Bahia	Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M + 1,40% a.a	N/I	-	-	Fevereiro de 2016	214.048	- (d)
6a. NovaDutra	Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M + 1,45% a.a.	N/I	-	-	Abri de 2017	108.676	- (g)
6b. NovaDutra	Bank of Tokyo (b)	LIBOR 3M + 1,69% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2017	116.902	- (g)
7. ViaLagos	USA - LIBOR 3M + 1,4% a.a.	US\$ + LIBOR 3M + 1,4% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2015	-	152.522 (g)
8. RodoNorte	Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M + 1,50% a.a.	N/I	-	-	Março de 2018	202.067	- (g)
9. ViaOeste	Merrill Lynch (b)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2017	115.001	- (g)
10a. CAP	DVB Bank AG (b)	US\$ + LIBOR + 2,75% a.a. a 3,5% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2018	46.735	41.016 (f)
10b. CAP	Maduro and Curriel's Bank	US\$ + 5% a.a.	N/I	-	-	Abri de 2016	24.138	16.108 (g)
11. CCR Espanha Empreendimentos	HSBC Bank	LIBOR + 2,30% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2017	117.661	- (d)
12. CCR USA	Banco do Brasil	LIBOR + 3,45%	N/I	-	-	Novembro de 2017	98.157	- (f)
	Subtotal em moeda estrangeira						1.863.337	209.646
	Total geral				24.944		3.606.778	719.957

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	12.173	-	1.115.173	262.677
Custos de transação	-	-	(505)	(1.505)
	12.173	-	1.114.668	261.172
Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	661.202	-	2.516.549	459.290
Custos de transação	-	-	(24.439)	(505)
	661.202	-	2.492.110	458.785

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.
(a) O custo efetivo dos transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e no data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/franque, está apresentada à taxa média ponderada.
(b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 24 para maiores detalhes).
Garantias:
(c) Fiança bancária.
(d) Fiança corporativa/ aval do acionista controlador.
(e) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis e penhor de ações.
(f) Bens financiados.
(g) Não existem garantias.
(h) Fiança bancária da acionista controladora.
Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2015	
	Controladora	Consolidado
2017	661.202	1.201.521
2018	-	293.525
2019	-	45.109
2020 em diante	-	976.394
Total	661.202	2.516.549

A seguir apresentamos as principais condições, garantias e taxas contratuais vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. CCR
a. Em 09 de março de 2015, foi firmado contrato com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 24 de março de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 59.648 mil, equivalente a R\$ 186.401, com vencimento em 22 de março de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,45% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Em 24 de março de 2015, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 104,45% do CDI.
b. Em 30 de março de 2015, foi firmado contrato com o HSBC Bank USA NA em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 20 de abril de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 120.000 mil, equivalente a R\$ 388.128, com vencimento em 18 de abril de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,45% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 105,40% do CDI.
c. Caso uma das subsidiárias relevantes (10% da receita bruta) deixe de pagar qualquer endividamento da Companhia e/ou decisão judicial final em valor maior que R\$ 80.000 e não saná-lo num prazo de 5 dias úteis, a CCR ficará restrita a distribuir apenas o dividendo mínimo obrigatório.
2. AutoBAN
Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.
a. Em 09 de março de 2015, foi firmado contrato com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 24 de março de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 12.000 mil, equivalente a R\$ 36.627, com vencimento em 22 de março de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,45% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Em 22 de março de 2017, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 105,40% do CDI.
b. Os juros foram pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.
3. SPVias
Em 07 de julho de 2008, a SPVias contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor nominal de R\$ 174.456 dividido em subcrédito A e B.
O subcrédito A, no montante nominal de R\$ 52.526, está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, sendo que os juros são pagos mensalmente desde novembro de 2010, até o vencimento final do subcrédito.

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento final	2015	2014
1a. CCR	6a Emissão - Série 1	105% do CDI	0,1223% (a)	1.110	106	Abri de 2016	533.244	530.323 (e)
1b. CCR	7a Emissão - Série 1	106,50% do CDI	N/I	-	-	Outubro de 2015	-	102.452 (e)
1b. CCR	7a Emissão - Série 2	107,05% do CDI	N/I	-	-	Outubro de 2016	103.022	102.465 (e)
1c. CCR	8a Emissão - Série única	124,10% do CDI	0,2759% (a)	3.292	3.292	Dezembro de 2018	399.584	- (e)
	Subtotal Controladora			3.998	3.998		1.035.850	735.240
2a. AutoBAN	4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	1.026	Setembro de 2017	848.679	967.824 (e)
2a. AutoBAN	4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (b)	1.100	243	Outubro de 2017	160.948	142.670 (e)
2b. AutoBAN	5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,4115% (a)	9.14				



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento final	2015	2014	
6a. NovaDutra	2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	1.683	-	Outubro de 2015	-	87.545 (f)	
6a. NovaDutra	2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	1.122	-	Outubro de 2015	-	58.386 (e)	
6b. NovaDutra	3a Emissão - Série única	105,60% do CDI	N/I	-	-	Dezembro de 2015	-	117.675 (e)	
6c. NovaDutra	4a Emissão - Série única (c)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2020	650.446	- (h)	
6d. NovaDutra	4a Emissão - Notas promissórias	104,70% do CDI	0,0873% (a)	357	-	Abril de 2015	-	442.765 (e)	
6e. NovaDutra	6a Emissão (Notas promissórias)	104,90% do CDI	0,0012% (a)	1	-	Abril de 2015	-	183.715 (e)	
7a. RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 2	111% do CDI	0,1157% (b)	2.539	-	Maiço de 2015	-	559.957 (g)	
7a. RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 3	112% do CDI	0,1146% (b)	4.281	358	Maiço de 2016	767.034	762.850 (g)	
7b. RodoAnel Oeste	3a Emissão - Série única	108,67% do CDI	0,0422% (b)	6.688	315	Abril de 2017	576.870	573.465 (g)	
7c. RodoAnel Oeste	4a Emissão - Série única	108% do CDI	0,0100% (b)	1.353	986	Maiço de 2018	561.625	- (g)	
8a. RodoNorte	3a Emissão - Série única	106,40% do CDI	0,1353% (b)	243	-	Novembro de 2015	-	121.809 (e)	
8b. RodoNorte	4a Emissão - Série 1	IPCA + 5,691% a.a	0,1941% (a)	1.254	963	Outubro de 2019	146.465	131.919 (e)	
9a. Samm	5a Emissão (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0057% (a)	2	-	Abril de 2015	-	72.777 (g)	
9b. Samm	7a Emissão (Notas promissórias)	107,80% do CDI	0,2198% (a)	428	97	Abril de 2016	55.735	- (g)	
10a. SPVias	2a Emissão - Série única	109,30% do CDI	0,0803% (b)	1.284	189	Julho de 2016	429.144	422.922 (g)	
10b. SPVias	3a Emissão - Série única	105,30% do CDI	0,0787% (b)	1.884	262	Maiço de 2016	809.495	806.771 (g)	
10c. SPVias	4a Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,38% a.a.	0,2346% (b)	2.265	1.932	Abril de 2020	197.472	- (g)	
11a. ViaAgos	1a Emissão - Série única	109,50 do CDI	0,1088% (b)	146	24	Abril de 2016	69.127	68.685 (e)	
11b. ViaAgos	2a Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a	0,2554% (b)	1.870	1.745	Julho de 2020	157.394	- (e)	
12b. ViaOeste	3a Emissão - Série única	110,50% do CDI	0,2201% (a)	740	-	Fevereiro de 2015	-	44.232 (e)	
12c. ViaOeste	4a Emissão - Série única	108,30% do CDI	0,1723% (b)	3.862	360	Maiço de 2017	267.672	244.755 (e)	
12c. ViaOeste	5a Emissão - Série 1	106,10% do CDI	0,1611% (b)	835	326	Setembro de 2017	203.921	297.357 (e)	
12c. ViaOeste	5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a	0,3360% (b)	1.334	802	Setembro de 2019	162.797	149.491 (e)	
	Total geral						26.144	10.528.329	9.730.804

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Debêntures e notas promissórias	639.248	115.663	4.992.835	3.185.551
Custos de transação	(1.109)	(317)	(9.574)	(10.450)
	638.139	115.346	4.983.261	3.175.101
Não Circulante				
Debêntures e notas promissórias	400.000	620.000	5.561.638	6.574.343
Custos de transação	(2.289)	(106)	(16.570)	(18.640)
	397.711	619.894	5.545.068	6.555.703

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os custos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas com atuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se ao custo de transação incorridos na emissão dos títulos e não considerá de taxas pós-fornada, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

(c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedje* (*hedje* de juro justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 24.

(d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

(e) Não existem garantias.

(f) Fluante.

(g) Fidejussória do acionista controlador.

(h) Garantia Real

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2015		2015	2014
	Controladora	Consolidado		
2017	-	2.300.969	-	-
2018	400.000	1.539.786	-	-
2019	-	1.267.851	-	-
2020	-	453.036	-	-
Total	400.000	5.581.638	400.000	5.581.638

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. CCR

a. Em 25 de abril de 2013, a Companhia realizou a 6ª emissão pública de 52.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 520.000. O principal será pago em parcela única na data de vencimento e os juros estão sendo pagos semestralmente, entre 25 de outubro de 2013 e 25 de abril de 2016.

Os juros remuneratórios correspondem à variação acumulada de 105% do CDI.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

Esta emissão não conta com garantias.

As debêntures têm remuneração antecipado é a redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora), sem que haja prévia anuência da maioria dos debenturistas, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim.

b. Em 15 de outubro de 2013, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

O montante nominal total da emissão foi de R\$ 200.000, dividido em duas séries, sendo a primeira série no valor de R\$ 100.000, com remuneração de 106,50% do CDI e vencimento em 15 de outubro de 2015 e a segunda série foi no valor nominal de R\$ 100.000, com remuneração de 107,05% do CDI e vencimento em 15 de outubro de 2016. Ambas as séries apresentam pagamentos semestrais de juros a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, sem prêmio.

O principal critério para o vencimento antecipado é a redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora) sem que haja prévia anuência da maioria dos debenturistas, manifestada em assembleia, especialmente convocada para esse fim.

c. Em 15 de dezembro de 2015, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples da CCR com subscrição no dia 23 dezembro de 2015, no montante de R\$ 400.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2018, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos. O pagamento de juros é semestral, e o principal será pago no vencimento, havendo possibilidade de resgate antecipado a qualquer momento, mediante pagamento de prêmio.

As debêntures têm remuneração de 124,14% do CDI e caso, a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, apresente resultado superior a 3,5 vezes, a remuneração adicional, será substituída por 128,1% do CDI. Este acréscimo será efetivo enquanto tal indicador estiver acima do limite.

Adicionalmente, a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a 4 vezes, exceto se a Companhia optar por apresentar fiança bancária no valor da dívida representada pelas debêntures.

2. AutoBán

a. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado.

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente.

O principal critério para o vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4.

Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

b. Em 1º de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 15 de abril de 2014, sendo que o principal será pago no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,88% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a AutoBán optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de *swap* para R\$ 250.000, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 98% do CDI.

Em 23 de março de 2015, foi contratada operação de *swap* para R\$ 130.106, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 95% do CDI.

3. Barcas

a. Em 08 de outubro de 2014, ocorreu a 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 20 notas, com valor nominal total de R\$ 264.000, as quais foram integralmente liquidadas em 06 de abril de 2015.

b. Em 05 de outubro de 2015, foi realizada a 6ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 191.000, em série única, remuneração de 113% do CDI, com vencimento em 02 de abril de 2016 e garantia fidejussória proporcional dos acionistas.

4. CPC

a. Em 03 de fevereiro de 2014, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples, em duas séries, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$ 560.000, as quais foram integralmente liquidadas em 03 de fevereiro de 2015.

b. Em 16 de outubro de 2015, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 750.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, com garantia fidejussória da CCR, com vencimento de juros e principal em 30 de janeiro de 2016 e remuneração de 104,9% do CDI, havendo possibilidade de resgate total a qualquer momento, sem qualquer prêmio ou remuneração adicional. Esta emissão foi liquidada na data do vencimento.

As debêntures poderiam ser integralizadas, em qualquer dia útil, dentro do período compreendido de 30 de janeiro de 2015 até 30 de abril de 2015. Em 30 de janeiro de 2015, foram integralizadas 60.000 debêntures, totalizando R\$ 600.000, nas condições apresentadas acima. No dia 02 de abril de 2015, ocorreu a integralização das 15.000 debêntures restantes, equivalente a R\$ 150.000.

5. Metrô Bahia

a. Em 10 de março de 2014, foi realizada a 1ª emissão pública de debêntures, num total de 61.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia adicional fidejussória através de fiança da CCR e com valor nominal total de R\$ 610.000 na data de emissão.

O principal e os juros de 109,50% do CDI serão pagos em 10 de março de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Pagamento de dividendos pela emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressaltado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei da SA), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da emissora) sem que haja prévia anuência de debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim.

Em 03 de abril de 2014, foi realizada a 1ª liberação no montante de R\$ 312.444, correspondente ao valor nominal de R\$ 310.000. Em 11 de setembro de 2014, foi realizada a 2ª liberação no valor de R\$ 317.703, correspondente ao valor nominal original de R\$ 300.000 na data de emissão das mesmas.

b. No dia 13 de outubro de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 500.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento em 13 de outubro de 2019, havendo a possibilidade de resgate antecipado, a qualquer momento, mediante pagamento de prêmio.

A dívida tem remuneração de CDI + 2,20% a.a., pagamentos de juros semestrais e amortizações anuais de principal nos dois últimos anos e tem a CCR como fiadora.

Durante a vigência das debêntures, a fiadora não poderá distribuir dividendos e/ou realizar pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da fiadora seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar carta(s) de fiança bancária.

A subscrição das debêntures ocorreu em 03 de novembro de 2015.

6. NovaDutra

a. Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de R\$ 500.000, as quais foram liquidadas em 28 de outubro de 2015.

b. Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 350.000, as quais foram liquidadas em 05 de dezembro de 2015.

c. Em 10 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, no valor nominal total de R\$ 610.000, com remuneração de IPCA + 6,4035% a.a.. O primeiro pagamento de juros foi realizado em 11 de maio de 2015 e os demais serão pagos semestralmente, juntamente com as amortizações, as quais se iniciarão a partir de 15 de outubro de 2016, vencendo-se o último em 15 de agosto de 2020.

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ISD seja igual ou inferior a 1,20. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4.

d. Em 17 de abril de 2014, foi realizada a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 82 notas, com valor nominal total de R\$ 410.000, vencimento de juros e principal em 12 de abril de 2015 e remuneração de 104,75% do CDI, as quais foram liquidadas em 12 de abril de 2015.

e. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 36 notas, com valor nominal total de R\$ 180.000 e remuneração de 104,90% do CDI, as quais foram integralmente liquidadas em 25 de abril de 2015.

7. RodoAnel Oeste

a. Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, com valor nominal total de R\$ 500.000, e remuneração de 109,20% do CDI, e as da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 550.000, e remuneração de 111,00% do CDI foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante.

As debêntures da 3ª série, com remuneração de 112,00% do CDI, valor nominal total de R\$ 750.000 foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries foram garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Endcalso (5%).

Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feitas a avaliação, mediante a soma do trimestre em questão nos três trimestres imediatamente anteriores. Os dados são: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

Em 02 de maio de 2014, foi liquidada a 1ª série da 2ª emissão de debêntures e em 05 de maio de 2015, ocorreu o pagamento da 2ª série da 2ª emissão das debêntures.

b. Em 15 de abril de 2014, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal total de R\$ 560.000, as quais têm remuneração de 108,67% do CDI.

Os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro e o valor nominal das debêntures será pago integralmente em 15 de abril de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, inclusive a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressaltado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% do seu patrimônio líquido sem que haja prévia anuência dos debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestadas em assembleia especialmente convocada para esse fim;
- O índice Dívida Líquida/EBITDA, obtido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR, seja superior a 4 por dois trimestres consecutivos;

c. Em 04 de maio de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 550.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e tendo a CCR como fiadora. A amortização será no vencimento, em 04 de maio de 2018, e os juros serão pagos semestralmente a partir de 04 de novembro de 2015, com remuneração de 108% do CDI, havendo possibilidade de resgate total a qualquer momento, sem qualquer prêmio ou remuneração adicional.

Os principais critérios restritivos são:

- Não observância por dois trimestres consecutivos do índice Dívida Líquida/EBITDA menor que 4;
- Pagamento de dividendos pela controlada e/ou pelas suas acionistas, caso estas estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura de emissão, exceto o dividendo mínimo obrigatório;
- Qualquer alteração na composição societária da controlada que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos debenturistas.

8. RodoNorte

a. Em 11 de novembro de 2013, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, em série única, com valor nominal total de R\$ 120.000, com remuneração correspondente à variação acumulada de 106,40% do CDI, as quais foram pagos em 16 de setembro de 2015.

b. Em 09 de outubro de 2014, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, da espécie quirográfrica, em série única e não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 130.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos em parcelas semestrais, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento em 15 de abril de 2015 e o último na data de vencimento, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,691% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para o vencimento antecipado é distribuição de dividendos, pela emissora, em valor superior ao mínimo legal caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes.

a. Em 13 de outubro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 71 notas, com valor nominal total de R\$ 71.000, vencimento de juros e principal em 11 de abril de 2015 e remuneração de 105% do CDI, integralmente liquidadas na data de vencimento.

b. Em 06 de outubro de 2015, foi realizada a 7ª emissão de notas promissórias, no valor nominal total de R\$ 54.000, em série única, com remuneração de 107,8% do CDI, vencimento em 03 de abril de 2016 e com aval da CCR.

10. SPVias

a. Em 05 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R\$ 400.000, na data de emissão. A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

Os juros das debêntures são de 109,30% do CDI.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 05 de janeiro de 2013 e 05 de julho de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressaltado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressaltado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;

b. Em 29 de maio de 2013, foi realizada a 3ª emissão de debêntures, sendo 80.000 debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 800.000. A emissão conta com garantia fidejussória através de fiança bancária.

Os juros das debêntures são de 105% do CDI.

O valor nominal das debêntures será pago em uma única parcela, em 29 de maio de 2016 e os juros estão sendo pagos semestralmente, de 29 de novembro de 2013 a 29 de maio de 2016.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com prêmio do 25º mês ao 36º mês de 0,50% e a partir do 37º mês de 0,25%.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressaltado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;

	Saldo Total em 31.12.2014			Saldo Provisão c/ passivo em 31.12.2014			Outorga entre 01.01 e 31.12.2015			Canceladas entre 01.01 e 31.12.2015		
	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.14	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.14	Total						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor Nominal		Valor Presente	
	2015	2014	2015	2014
AutoBAn	712.530	977.717	672.100	900.520
ViaOeste	135.655	190.437	128.469	173.962
	848.185	1.168.154	800.569	1.074.482

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2015, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal		Valor presente	
	2015	2014	2015	2014
2016		367.980		358.418
2017		367.980		341.350
2018		112.225		100.801
		848.185		800.569

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 360.717 (sendo R\$ 286.987 em caixa e R\$ 73.730 através de encontro de contas financeiros referente ao direito de outorga fixa (R\$ 340.611 no exercício de 2014, sendo R\$ 271.190 em caixa e R\$ 69.421 através de encontro de contas financeiros).

A AutoBAn está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável - AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. Desde julho de 2013, exceto quanto a outubro de 2013, a alíquota vem sendo de 1,5%, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa 13c).

No decorrer do exercício de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 55.945 referente ao direito de outorga variável (R\$ 55.847 no exercício de 2014).

Outorga variável - BH Airport

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da concessonária.

A contribuição variável é paga anualmente e o primeiro vencimento ocorreu em 06 de maio de 2015.

b. *Compromissos relativos às concessões*

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

	2015		2014	
			Reapresentado	
AutoBAn	117.180		156.821	
Metró Bahia (a)	549.055		930.500	
NovaDutra	347.073		375.931	
Ponte	-		3.159	
RodoAnel Oeste	400.846		426.587	
RodoNorte	1.166.992		1.202.049	
SPVias	240.413		250.509	
ViaLagos	31.431		31.326	
ViaOeste	510.501		604.312	
MSVia	4.811.889		5.578.450	
BH Airport (b)	1.453.327		1.489.033	
	9.628.707		11.048.677	

(a) Refere-se ao investimento total a ser realizado conforme estabelecido no contrato de concessão, no montante R\$ 3.851.048, diminuído do total dos aportes, contraprestação pecuniária e dos investimentos já realizados, os montantes de R\$ 1.990.798, R\$ 867.858 e R\$ 443.337, respectivamente. O valor de R\$ 443.337 corresponde a 25,77% (percentual aproximado dos investimentos próprios do plano de negócios) dos investimentos totais realizados, cujo montante é R\$ 1.720.399.

(b) Os valores estão a 100% e referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos para investimentos. Os valores estão atualizados pelo IPC-A até a data da última atualização da tarifa.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. *Outorga Variável e Obras a executar*

	2015		2014	
			Reapresentado	
Circulante				
Outorga variável (a)				
Não circulante	15.998		8.682	
Obras a executar - ViaOeste (b)				
(a) Refere-se à outorga variável ordinária.				
(b) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.				
	-		2.253	

d. *Contribuição fixa - BH Airport*

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	Valor Nominal		Valor Presente (Contábil)	
	2015		2015	
Circulante				
Não circulante				
	71.415		70.298	
	1.999.631		1.218.630	
	2.071.046		1.288.928	

	Valor Nominal		Valor Presente (Contábil)	
	2015		2015	
2016		71.415		70.296
2017		71.415		67.689
2018		71.415		65.190
2019		71.415		62.796
2020 em diante		1.785.386		1.022.957
		2.071.046		1.288.928

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, sendo que a primeira foi liquidada através de pagamentos feitos em 06 e 31 de maio de 2015.

O montante é reajustado anualmente conforme o IPC-A.

Neste exercício foi efetuado ajuste para reduzir o valor presente inicial em R\$ 8.848, ocorrido após esclarecimentos feitos pela ANAC à BH Airport.

26. Demonstrações dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Controladora	
	2015		2014	
Partes relacionadas - Ativo	-		-	
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(8.726)		(124.320)	
Aumento de capital e outras movimentações de investimentos	8.726		178.320	
Mútuo com partes relacionadas - recebimento	(8.726)		(54.000)	
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	-		124.320	
	Consolidado		Consolidado	
	2015		2014	
Fornecedores - partes relacionadas	12.395		(16.580)	
Obrigações com o Poder Concedente	8.848		(1.069.119)	
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	21.243		(1.085.699)	
Adições ao ativo intangível	(21.243)		1.085.699	
Aumento de capital e outras movimentações de investimentos	8.726		-	
Mútuo com partes relacionadas - recebimento	(8.726)		-	
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(21.243)		1.085.699	

27. Eventos subsequentes

Financiamento BNDES - BH Airport

• Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado contrato de empréstimo ponte com o BNDES, no montante de R\$ 405.000, com vencimento em 15 de julho de 2017. O montante total está dividido em: subcrédito A, com remuneração à TJLP + 3,45% a.a., no valor de R\$ 154.913; subcrédito B com remuneração à TJLP + 2,40% a.a., no valor de R\$ 198.450 e subcrédito C com remuneração à TJLP + 2,66% a.a., no valor de R\$ 51.637. A primeira liberação ocorreu em 27 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 50.000, sendo R\$ 37.500 do subcrédito A e R\$ 12.500 do subcrédito B.

Empréstimo - ViaOeste

• Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131/1962, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI. Este empréstimo conta com fiança da CCR.

Financiamento - Metrô Bahia

• Em 12 de janeiro de 2016, ocorreu o pagamento do contrato de financiamento em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 12 de janeiro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 37.453 mil, equivalente a R\$ 100.000.

• Em 04 de fevereiro de 2016, ocorreu o pagamento do contrato de financiamento em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 10 de fevereiro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 55.494 mil, equivalente a R\$ 150.000.

Debêntures - CPC

• Em 1º de fevereiro de 2016, ocorreu o pagamento da totalidade das debêntures da 3ª emissão.

• Em 1º de fevereiro de 2016, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal de R\$ 1.250.827, em série única, com primeiro pagamento de juros a partir de 29 de julho de 2016 e os demais serão pagos semestralmente e as amortizações anuais terão início a partir de 29 de janeiro de 2017 a 29 de janeiro de 2019.

Aquisição de imóvel

• Em 05 de fevereiro de 2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em continuidade de Fato Relevante divulgado em 21 de outubro de 2015, referente às deliberações do Conselho de Administração acerca das negociações para aquisição de imóvel situado nos Municípios de Cajamar e Caieiras, Estado de São Paulo, que, nesta data, sua controlada CPC celebrou Contrato de Compromisso de Venda e Compra sob condições resolutivas e outros Pactos, na condição de promissorissária compradora, com a Space Empreendimentos Imobiliários LTDA, na condição de comprometido vendedor, tendo como intervenientes anuentes e garantidoras a CCR e a Companhia Melhoramentos de São Paulo e como interveniente anuente a Melhoramentos Florestal Ltda., pelo valor total de R\$ 387.415, na data-base de janeiro de 2016, sendo o montante de R\$ 49.820 já anteriormente pago pelos cedentes da opção, R\$ 56.266 a ser pago na assinatura do Contrato e após o cumprimento de algumas condições, e o restante de R\$ 281.329 a ser pago em 30 parcelas com atualização monetária, a partir de fevereiro de 2016.

Cobrança de tarifa - Metrô Bahia

• Em 11 de fevereiro de 2016, iniciou-se a cobrança de tarifa da estação Pirajá.

Diretoria

RENATO ALVES VALE Diretor Presidente	ÍTALO ROPPA Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios	JOSÉ BRAZ CIOFFI Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios
ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA Diretor de Desenvolvimento Empresarial	ARTHUR PIOTTO FILHO Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	LEONARDO COUTO VIANNA Diretor de Novos Negócios
MARCUS RODRIGO DE SENNA Diretor Jurídico	PAULO YUKIO FUKUZAKI Diretor de Planejamento e Controle	RICARDO BISORDI DE OLIVEIRA LIMA Diretor de negócios

Conselho de Administração

ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA Presidente	EDUARDO BORGES DE ANDRADE Vice-Presidente	ALBRECHT CURT REUTER DOMENECH Conselheiro
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES Conselheiro	FRANCISCO CAPRINO NETO Conselheiro	HENRIQUE SUTTON DE SOUSA NEVES Conselheiro
LUIZ CARLOS VIEIRA DA SILVA Conselheiro Independente	MURILO CESAR LEMOS DOS SANTOS PASSOS Conselheiro	PAULO MÁRCIO DE OLIVEIRA MONTEIRO Conselheiro
		LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN Conselheiro Independente
		PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES Conselheiro

Contador

HÉLIO AURÉLIO DA SILVA CRC 1SP 129.452/O-3
--

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

CCR S.A.
São Paulo - SP.

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da CCR S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:

Nossa administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *(IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8	São Paulo, 22 de fevereiro de 2016	Maurício Pires A. Resende Contador CRC nº 1 MG 049699/O-2
---	------------------------------------	---

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CCR S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Companhia e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (“Demonstrações Financeiras e Anuais de 2015”), bem como revisaram o orçamento de capital e a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e, considerando ainda, o Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria, emitidos em 22 de fevereiro de 2016, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à revisão do orçamento de capital e à proposta de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

ADALGISO FRAGOSO DE FARIA
JOSÉ VALDIR PESCE
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da CCR é órgão de assessoramento do Conselho de Administração cujos objetivos incluem zelar pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a adequação dos controles internos da Companhia bem como assegurar a independência e objetividade dos auditores externo e interno e assegurar que a política e a estratégia de gerenciamento de riscos reflitam a visão do CAD. O Comitê de Auditoria baseia o seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas das diretorias envolvidas na preparação das demonstrações financeiras e nos controles internos, dos auditores internos e dos auditores externos. É formado por seis membros, sendo três conselheiros de administração, dos quais dois independentes, e três conselheiros suplentes.

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - AUDITORIA INTERNA

Ao longo de 2015, o Comitê de Auditoria reuniu-se em cinco ocasiões diferentes com diretores e colaboradores das várias unidades de negócios e companhias controladas do Grupo CCR e com os auditores internos (KPMG Auditores Independentes) para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências em seus processos de trabalho e sistemas de controle, os planos de ação e o acompanhamento destes últimos.

Seguindo o Plano de Auditoria aprovado pelo Comitê para o ano de 2015, os seguintes processos foram objeto de auditoria em 2015:

- Gestão do ativo fixo (Divisão Actua)
- Aquisição de equipamentos e serviços (Divisão Engelog Tec)
- Tesouraria Corporativa (CCR)
- Manutenção eletroeletrônica (Divisão Engelog Tec)
- Aquisição de Produtos e Serviços de Seguros (Divisão Actua)
- Contratos de Investimentos (Divisão Engelog e Concessionárias)
- Aquisição de equipamentos e serviços e gestão de estoques (ViaQuatro)
- Gestão do atendimento (ViaOeste e Rodoanel)
- Arrecadação (AutoBAn)
- Manutenção da rede de telecomunicações (SAMM)
- Tributos diretos e indiretos (Divisão Actua)

O Comitê de Auditoria discutiu os resultados das auditorias dos processos acima com os auditores internos e com os diretores e colaboradores das respectivas divisões e companhias controladas e tomou conhecimento dos planos de ações para mitigar eventuais deficiências nos processos.

Ao final de cada uma dessas reuniões, o Comitê de Auditoria acompanhou os Planos de Ações decorrentes de pontos levantados em auditorias anteriores, tomando também conhecimento dos testes de efetividade realizados para os Planos de Ações implementados.

Com base nas informações prestadas pela Diretoria e colaboradores do Grupo CCR e pelos auditores externos, o Comitê de Auditoria considerou satisfatório o resultado das auditorias de processos internos da CCR.

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES Coordenadora	EDUARDA PENIDO DALLA VECCHIA	FERNANDO LUIZ AGUIAR FILHO
LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN	LUIZ CARLOS VIEIRA DA SILVA	TARCÍSIO AUGUSTO CARNEIRO